

Minas

A situação no interior

Na pequena cidade de Palma, situada nas proximidades de Juiz de Fora, brota a idéia do Partido dos Trabalhadores. A cidade sempre viveu dividida por duas oligarquias, como tantas outras cidades mineiras, a exemplo das famílias Andradas e Bias Fortes, em Barbacena. Antes estava dividida em Arena I e II, agora com a reforma partidária em PDS I e II. Mas surge em Palma o PT enquanto alternativa para os trabalhadores rurais e pequenos produtores de leite: surge entre eles a possibilidade de se fazer política com as próprias mãos. No último domingo, cerca de 200 pessoas se encontraram para elaborar um plano de ação do PT na cidade.

O certo é que o PT ganha corpo no interior, dando mostras de como poderá ser sua futura atuação no estado.

Nos dias 29 e 30 se dará em Belo Horizonte, o Encontro Estadual do PT, preparatório para o seu Encontro Nacional, em abril. Dentro desta perspectiva, os militantes, os núcleos e a Coordenação do Estado estão jorgando, neste mês, todos os esforços. Assim, formou-se uma comissão vinculada à Coordenação, visando subsidiar todos os núcleos, articulações, contatos na preparação do Encontro. Seu primeiro passo foi dividir Minas em regiões, e pessoas para acompanhar os trabalhos. Já houve, por exemplo, em Belo Horizonte, duas reuniões dos núcleos do interior e delas participaram em média 15 cidades.

Minas, por ser um Estado imenso e portador de inúmeras diferenças regionais, o crescimento do movimento pró-PT se dá de formas também desigual. No sul e triângulo a idéia do PT se espalha de forma mais tímida. A situação na Zona da Mata, Norte e Noroeste já é bem outra, mais explosiva. No Encontro das Oposições Populares do Nordeste (região de Teófilo Otoni) realizado em fevereiro, dos 600 participantes, em geral pessoas ligadas às pastorais da Igreja, a maioria optou pelo PT. Em Nanuque, divisa com a Bahia, houve um comício com mais de 500 pessoas.

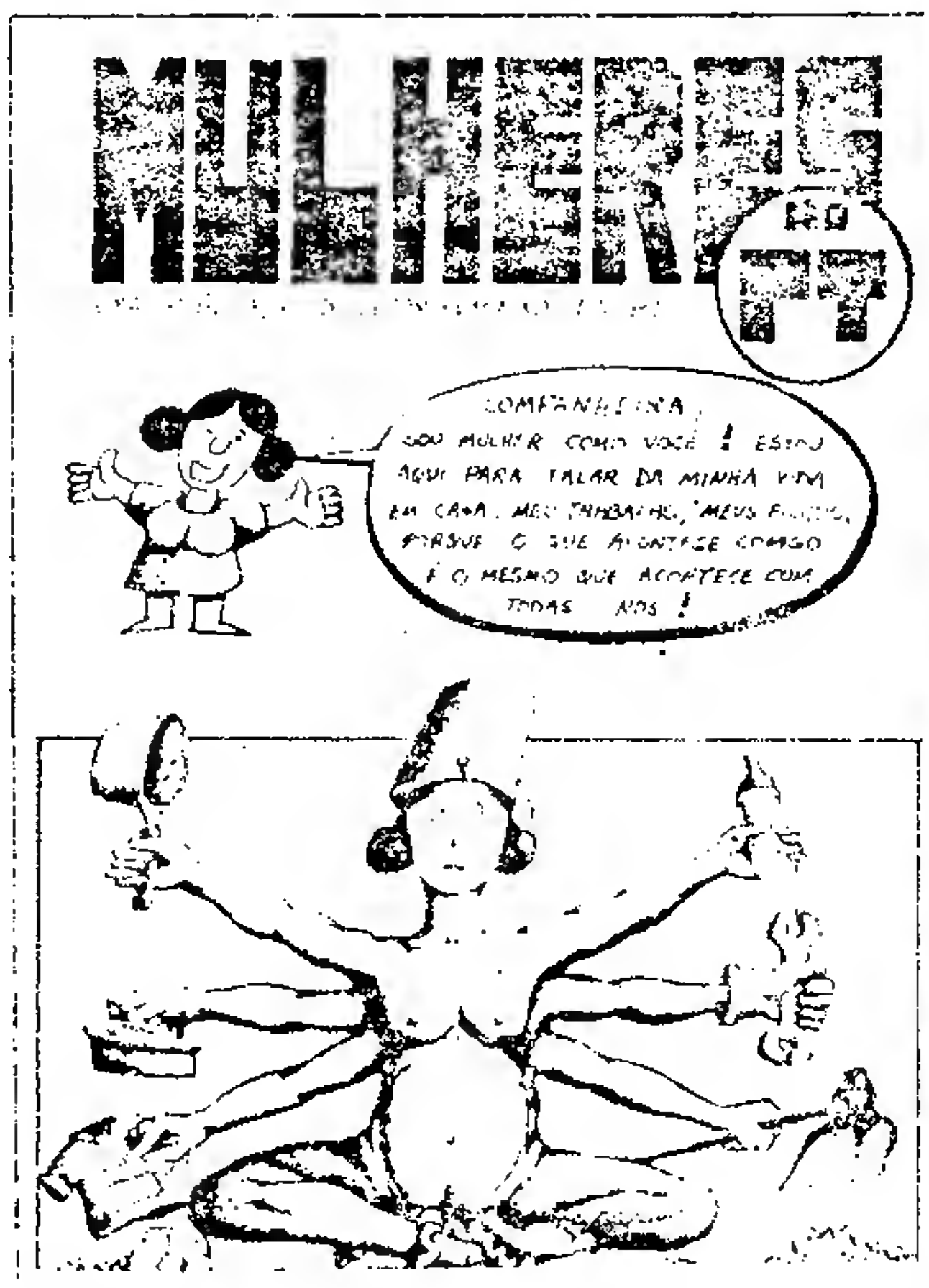
Mas ao mesmo tempo que é nítido este crescimento, fica também claro que é preciso avançar na estrutura do movimento, proporcionar que todos estes núcleos estejam sincronizados e o Encontro pode ser um significativo momento para romper com a dispersão. Na Zona da Mata, talvez seja onde o PT esteja caminhando mais organizado. Por exemplo, nos dias 20 e 21 em Juiz de Fora, na quadra da Escola de Samba «Unidos nos Passos», haverá um encontro preparatório da região, sendo que o mesmo não foi possível em outras regiões.

Setor feminino
se organiza

Em Belo Horizonte, mulheres do Partido dos Trabalhadores organizam um setor feminino. Aqui, sua proposta básica.

O Setor feminino nasceu como um núcleo de mulheres que pretendia agregar as mulheres interessadas na discussão dos seus problemas específicos. Hoje, essa idéia evoluiu para a de um setor, formado por mulheres e homens engajados nos núcleos de base, que atuará junto a todos os companheiros e companheiras do PT. Dessa maneira, o grande número de interessados pode participar do Setor como uma das suas áreas de atividade, levada no seu local de trabalho ou no seu bairro. A organização em setor tem como objetivo dar uma direção ao trabalho voltado para as mulheres, estando presente nas organizações e lutas específicas e mantendo sempre a discussão dentro do PT sobre o programa e as lutas femininas.

Muitas pessoas têm levantado preocupações sobre a existência de um setor específico voltado para as lutas das mulheres. Não seria uma maneira de dividir o movimento? Acreditamos que não. O que vemos é que as mulheres têm uma dificuldade maior em participar politicamente, em se organizar. Porque têm seu tempo restringido pelo jornada de trabalho dupla, porque sofrem o peso de uma educação para serem passivas e dóceis, porque, quando não trabalham fora são pessoas extremamente solitárias e até mesmo pelos preconceitos de muitos maridos e pais, que «não deixam».



A cartilha elaborada pelo setor

Porisso tudo, é preciso um trabalho especialmente voltado para as mulheres, para que elas venham a participar massivamente do PT.

Sabemos que esse não é um trabalho «explosivo»: é um trabalho de construção, lento, e a longo prazo e porisso mesmo fundamental para que as mulheres possam participar ombro-a-ombro com os homens na construção de uma nova sociedade. E para que homens e mulheres encontrem de frente a luta pela libertação das mulheres, a transformação da família, das relações entre os sexos, etc.

Nosso trabalho ainda está começando. Temos sentido o enorme interesse que há em torno da questão e uma grande vontade de participar. No entanto, partimos de uma situação de quase inexistência de organizações de mulheres em BH (como Clubes de Mães, etc) e com nenhuma experiência de trabalho partidário em torno das questões das mulheres desenvolvido no Brasil. Estamos tentando criar, experimentando.

Temos procurado atuar nos bairros, dentro dos movimentos por creches, associações de bairro, etc e nas categorias onde o número de mulheres é significativo, como enfermeiras, professoras, tecelãs, etc. No momento, enfrentamos o desafio de criar uma estrutura capaz de fazer a ligação destas frentes com o Setor, sem afastar cada um de seu trabalho de base, seu local de trabalho, seu bairro, etc.

Estamos levantando também, a idéia de organizar junto com todas as entidades e partidos interessados, o I Congresso Da Mulher Mineira, ainda este semestre. Isto porque entendemos a nossa atuação dentro do PT como uma forma de contribuir para a organização unitária das mulheres.

Por outro lado, entendemos o nosso trabalho no Setor como parte dos trabalhos do Movimento pró-PT. Assim, definida a Campanha contra a Carentia como trabalho a ser levado pelo movimento, procuramos concretizar as bandeiras gerais levantadas em lutas diretamente ligadas às mulheres, em especial às donas-de-casa: o problema da alimentação (congelamento e controle de preços de alimentos, denúncia de projetos como o PRODECOM, etc.) e o problema do ensino público e gratuito (taxas de matrícula e merenda, etc).

O programa

Procurando discutir o programa proposto para o PT, ficou evidente para nós a falta das questões da mulher, do menor, da minorias (pouco desenvolvida) e da cultura.

No sentido de contribuir para preencher esses vazios, dentro da nossa área de atuação, discutimos um programa mínimo que levante pelo menos aquelas bandeiras já consagradas pelas lutas das mulheres em todo o país. Quanto às questões polêmicas (como o aborto, por exemplo) nós propomos a contribuir para sua discussão em todo o Movimento pró-PT, para que assim seja definido um programa completo e detalhado para as mulheres.

Pela importância que tem hoje atacar estas questões, propomos que os itens que levantamos sejam incluídos num parágrafo especial do programa, intitulado «A Mulher», expressando assim, o nível de desenvolvimento e organização já alcançado. Outros parágrafos poderiam ser incluídos na medida em que os negros, os jovens, os setores culturais, etc., desenvolvam seus programas de luta.

Proposta de programa inicial
para o PT na questão feminina

- Pela equiparação salarial de homens, mulheres e crianças.
- Garantia de emprego para as mulheres casadas e gestantes.
- Contra a dupla jornada de trabalho. Pela criação de creches, restaurantes e lavanderias coletivas e gratuitas, próximas aos locais de trabalho e moradia.
- Pelo fim da educação repressiva e diferenciada entre os sexos.
- Todo apoio às organizações independentes do mulheres, em luta pela unidade de todos os trabalhadores.

O IIº Congresso da Mulher Paulista

Nos dias 8 e 9 março, realizou-se o IIº Congresso da Mulher Paulista, no TUCA (PUC/SP), com a participação de mais de 3.000 mulheres, de diferentes classes sociais, que viram na sua realização o espaço aberto para colocar suas reivindicações específicas que, no plano geral, se inserem nas reivindicações dos trabalhadores por melhores condições de vida.

Porém, não obstante tamanha garra e disposição, o Congresso não concretizou as formas de encaminhamento de lutas, pela forma difusa com que foram organizadas e conduzidas as discussões. Os temas variados foram aglutinados em 4 grandes grupos, assim distribuídos: **A Discriminação da Mulher enquanto:** a) mulher; b) mãe; c) trabalhadora doméstica e d) trabalhadora assalariada. Estes grupos se dividiram em 20 sub-grupos (com 20 pessoas cada um) a fim de garantir a participação de todos. Contudo, a variedade de temas que cada sub-grupo deveria e ansiava discutir não foi, efetivamente, colocada numa discussão ampla, para se tirar resoluções que refletissem o consenso.

Isto porém não tirou o mérito do evento. Realmente, é tarefa difícil organizar a discussão, aproveitando-se todo potencial dessas pessoas que ali compareceram reivindicando soluções, algumas até em caráter de urgência.

Os filhos também compareceram...

O IIº Congresso também contou com uma estrutura de apoio à sua realização. Enquanto um grupo de pessoas dava assistência aos filhos em creches da própria PUC e creches particulares que cederam suas instalações, as mães puderam tranquilamente assistir à abertura, que constou de um áudio-visual e 2 peças teatrais



referentes aos assuntos em pauta, bem como participar das demais atividades.

Outros grupos encarregados de outros aspectos, como alimentação e condução, também contribuíram.

Por Creche até 6 anos!

O assunto que a nós, funcionários, interessa muito de perto, **creche**, já foi priorizado ao ser colocado em 3 dos 4 temas globais. Chegou-se, inclusive, a se tirar uma palavra de ordem: **por creche até 6 anos!** Isso demonstra claramente que a lei em relação à creche até 6 meses é uma lei que desampara. Prova também que para nenhuma família interessa a creche "truncada", ou seja, atendendo às crianças em idade inferior a 6 anos. A proposta tirada mostra, ainda, que a objetividade de nosso movimento está combinada com a satisfação das necessidades de outros setores da sociedade também.

O 2º dia do Congresso...

O Congresso foi bastante tumultuado em seu último dia, não se chegan-

do a uma definição. Foi entregue a uma comissão o encargo de encaminhar as reivindicações de forma a se chegar à solução dos problemas que afligem não só às mulheres. Aqui também cabe uma crítica, pois as formas de encaminhamento dos movimentos deve ser decidido pelos participantes do Congresso.

Em termos gerais pedia-se, ainda, infra-estrutura nos bairros; creches na periferia e próximos ao local de trabalho; fim à educação diferenciada, fim à discriminação contra a mulher; salário igual para trabalho igual; estabilidade para a trabalhadora, esposa e mãe; legalização do aborto, etc.

Apesar da realização do Congresso não ter, por vários motivos, correspondido às expectativas imediatas dos participantes, certamente foi um passo importante para organizar a luta das mulheres. Sem dúvida, essa é uma experiência que muito contribuirá para a realização de próximos.

A Luta que Creche

O impulso dado pela realização do I ENF à campanha pela creche em todos os departamentos indica a relevância da questão. E, mais importante ainda, mostra que só a participação nos debates, nas discussões é que pode enriquecer ainda mais nosso entendimento sobre a questão.

A creche exige uma posição clara, uma solução adequada e satisfatória. Nesse sentido, em quase todos os departamentos, os funcionários prepararam-se para apresentar ao Banco uma proposta sobre creche, que reflita a necessidade dos funcionários. Foram formados, assim, Grupos de Trabalho de Creche.

A realização dos trabalhos, pautado no plano de ação aprovado no I ENF com a unificação de proposta em torno do eixo **Creche até 6 anos, para todos os funcionários**, já aponta para a realização do II ENF, onde essas propostas serão discutidas nacionalmente e apresentadas ao Banco num só documento.

Em São Paulo, onde a proposta discutida pelos funcionários já foi apresentada ao Chefe do Departamento, debate-se a realização de palestras com psicólogos, pediatras, pedagogos, nutricionistas, bem como a exibição de filmes sobre educação infantil.

Cabe registrar, ainda, que no IIº Congresso da Mulher Paulista, o debate apontou a necessidade de creche até 6 anos, nos bairros e empresas, o que vem, mais uma vez, mostrar a pertinência de nossa proposta.

A opressão da mulher em debate

As editoras do EM TEMPO: Na cobertura da preparação do II Congresso da Mulher Paulista, (ET. 101) Maria Tereza e Olga Nascimento assinam um artigo que se refere à «briga pelo poder» no momento da entrevista coletiva à imprensa, afirmando que os motivos desta briga se situam na definição do Congresso enquanto feminino ou feminista. «Se feminista sua preocupação maior é a discussão dos problemas específicos da mulher, não importando sua classe nem sua área de atuação».

Esta afirmação deixa implícito um campo de posições do feminismo que reitera a opressão da mulher como universal, sem entender que a situação da mulher não é a-histórica e supra-classes sociais, sem entender que a opressão da mulher é fruto de uma desigualdade específica no interior das classes sociais, produto da divisão social do trabalho.

Se aceitamos esta definição como ponto de partida para a compreensão da questão da mulher, não estaremos negando que inclusive a mulher da burguesia sofre discriminações, mas entenderemos que a qualidade destas discriminações é diferenciada nas classes e frações de classes sociais.

O II Congresso, ao estabelecer seu compromisso com as mulheres exploradas, reconhece

que é impossível falar da mulher como um todo homogêneo, obrigando-nos a nós, feministas, a adotar um ponto de vista de classe claro. E nós sabemos que desde hoje as principais reivindicações das mulheres trabalhadoras e do povo (fim da dupla jornada, creche, estabilidade no emprego, etc) não são partilhadas pelas mulheres das classes dominantes e nem o poderiam ser, pois estas reivindicações atingem algumas das bases da exploração sobre as quais reinam homens e mulheres da burguesia.

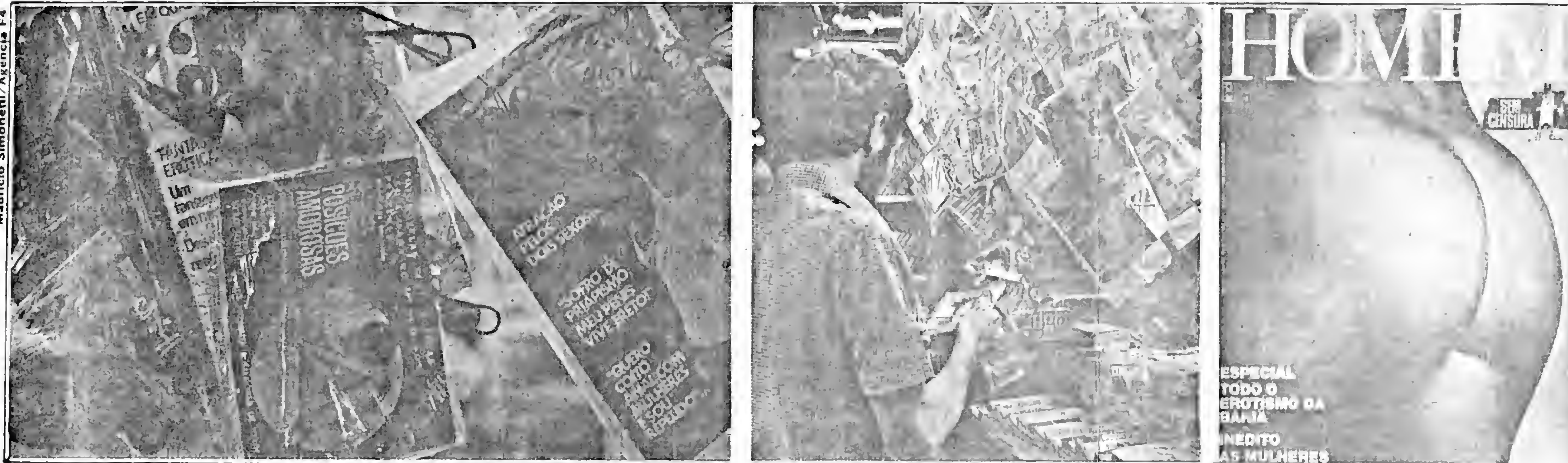
O artigo faz também uma divisão entre feminino e feminista, sem perceber que a base material do feminismo — pelo menos do feminismo revolucionário — é exatamente a participação das mulheres nas lutas reivindicativas de qualquer espécie. Como propagar as «ideias feministas», como elevar a consciência das mulheres do povo para que elas abracem as bandeiras de sua libertação, se as grandes massas de mulheres estivessem em casa, passivas diante da exploração? A tarefa das feministas hoje é chamar aquelas mulheres que despertam para as lutas imediatas, para a política, a atuarem politicamente também sobre seus próprios problemas. Repartir o movimento de mulheres em feminista (avançado) e feminino (atrasado) é ter a pretensão de achar que as lutas pela libertação da mulher serão levadas

adiante pelos pequenos grupos de vanguarda feminista, isoladas das mulheres do povo.

Além do mais não foi o feminino x feminista o motivo pelo qual as entidades brigaram pela imagem de TV, assim como continuariam brigando no Congresso e depois dele. O que se verificou ali foi uma disputa de concepções e métodos políticos de diversas correntes de opinião, presentes nas lutas das mulheres, como em todos os outros setores sociais. No Congresso, quando uma metalúrgica se apresentou para falar, ninguém quis impedi-la de usar a palavra porque ela defendesse uma perspectiva feminista ou feminina, mas por ser pelega.

Espero que todos os problemas surgidos durante a realização do Congresso tenham contribuído para esclarecer alguns dos aspectos que permeiam o movimento de mulheres hoje. A nós, feministas, não cabe adotar uma postura de querer proteger as mulheres das questões políticas centrais. Se assim o fizermos estaremos, sob a capa do feminismo radical, reproduzindo o feminismo mais atrasado, ou seja, estaremos pregando que as mulheres se defrontem apenas com os problemas que lhes dizem respeito, deixando para os outros — os homens, provavelmente — as questões políticas. Um grande abraço

Ethel Leon



A explosão do erotismo, agora com a nudez total. Na próxima capa de Homem, nádegas pela primeira vez sem retoque

A nudez frontal da censura

Qual é o significado político da “abertura” para fotos e filmes?

Antonio Carlos Queiroz

O nu, em qualquer ângulo

Ao longo destes 16 anos de Ditadura, foram muitas e variadas as formas de censura exercidas pelo sistema contra a cultura brasileira, no jornalismo, nas artes, no teatro, no cinema, na educação. E muitas foram, também, as formas de lutar contra a censura, travadas por tantos segmentos da sociedade brasileira. Uma dessas formas de luta anticensura — certamente não a mais espetacular, mas provavelmente uma das mais árduas — foi a difícil, laboriosa, gradual e lenta exposição do nú feminino, em jornais e revistas.

Uma batalha que se travou milímetro a milímetro, polegada a polegada, dos sombreados mais obscuros aos claros mais brilhantes. Nas últimas semanas, intensificou-se, ao ponto de chegar aquilo que poderia parecer o clímax da escalada: o chamado nú frontal feminino, sem retoques nem sombras.

Mas esse clímax é o limite? O que virá depois? Qual o significado cultural, ético e político dessa “abertura” da censura em relação a filmes, fotografias, peças de teatro e músicas, enquanto a repressão continua ameaçando os trabalhadores que reivindicam melhores salários?

Nesta e na página seguinte, Movimento procura desnudar a censura, para que se saiba o que ela é. E começa ouvindo Pompeu de Souza Brasil, o representante da Associação Brasileira de Imprensa no Conselho Superior de Cultura, criado em 68 e recriado no ano passado.

Movimento — Qual é a sua opinião e a do Conselho sobre o nu frontal, o sexo grupal, ou, ainda, a sátira política como a que provocou a recente apreensão do “Pasquim”? Quais os limites da liberdade artística?

Pompeu de Souza Brasil — No meu ponto de vista pessoal, não há limite para a liberdade artística, nem de natureza sexual nem de natureza política. O Conselho adotou, já, uma norma de orientação: não considerará motivo de interdição ou de cortes em filmes, cenas de nu em qualquer ângulo, frontal ou “occipital”. Occipital é brincadeira, hein. Por outro lado, nós liberamos “Z” sem corte nenhum, liberamos “Zabrisque Point” sem corte nenhum e liberaremos todos os filmes que nos forem submetidos.

M — E o caso do filme “Emmanuelle”?

PSB — O Conselho cumpriu sua parte. Uma vez decidido por unanimidade, não há mais nenhuma instância acima do Conselho; mas como houve dois votos, não pela interdição, mas por cortes, houve recurso ao ministro da Justiça e agora é ele quem decide.

M — E sobre a apreensão do “Pasquim” e o processo movido contra o jornal?

PSB — O dispositivo da Lei de Imprensa que permite ao ministro da Justiça a apreensão de qualquer órgão de imprensa é uma arbitrariedade completa. A Lei de Imprensa, bastante draconiana hoje, não o era tanto antes da Lei de Segurança Nacional. Antes, o ministro

mandava fazer a apreensão do jornal, mas em cinco dias tinha de oficiar ao Tribunal Federal de Recursos para que mantivesse ou não a apreensão, dispositivo esse que foi revogado pela LSN. Todo ato de arbítrio pessoal de um indivíduo, seja ele quem for é um ato inadmissível, democraticamente inaceitável, qualquer que seja o argumento do ministro. Eu não vi a edição do “Pasquim” contra a qual o ministro faz alegações. Se havia motivos que desaconselhassem a circulação do jornal, ele teria os caminhos legais para processá-lo perante o poder judiciário, embora pela Lei de Imprensa ele tenha realmente esse poder de apreender. O ato foi ilegal, foi ilegítimo.

M — Na sua opinião, quais seriam os propósitos do governo ao promover liberações no terreno artístico?

PSB — Eu não respondo pelo Governo, porque não sou do governo e frequentemente sou contra esse Governo. Eu respondo pelo que eu conheço do Conselho Superior de Censura. O Conselho é composto de 15 membros, pessoas bastante lúcidas, inteligentes, civilizadas e com uma noção muito clara de que a criação cultural não pode estar submetida à censura. Então, o Conselho, quase sempre por unanimidade, tem liberado todos os recursos contra a Censura que lhe tem sido submetidos. Nos dois ou três casos em que não houve uma decisão unânime, o voto vencido queria apenas a execução de cortes em determinados filmes e não a sua interdição.

M — Mas o Governo é levado a fazer essas concessões por algum motivo.

PSB — Não sei, pergunte ao Governo, não a mim. Se você perguntar a mim eu respondo que é porque eu sempre pensei assim. Quando eu tomei posse no Conselho disse que seria membro do Conselho Anti-Censura — sou anticensor, faço questão de dizer isto com muita ênfase. E acho que ao maior de 18 anos não se tem o direito de ocultar coisa alguma.

M — Há quem diga que o Governo poderia estar liberando, na superfície, para censurar por outros meios...

PSB — Se houver essa segunda intenção, o Conselho perde a sua razão de ser e portanto não haveria razão de permanecer nele. A ABI está representada ali porque o Conselho tem jus-

tamente essa função revisora, função anticensura. Se o Conselho for desautorizado ao ponto de se tornar inócuo, eu deixo de participar de um órgão de faz-de-conta.

M — Qual é o grau de liberdade artística, hoje, no Brasil?

PSB — Eu não sei se esse grau é tão alto assim, mas nós estamos vivendo uma primavera de liberdades.

M — E quanto às declarações do ministro Abi Ackel ameaçando as emissoras de televisão com a tesoura, caso elas não diminuam os programas de sexo e violência?

PSB — Eu li essas declarações nos jornais. Com o ministro, o único contato que tivemos foi logo depois da posse dele. Ele nos convidou para uma reunião, um contato inicial onde expusemos os nossos pontos de vista sumariamente. Até hoje ele tem nos tratado com muita deferência. Até vou

lhe dar um exemplo: a lei 5.576, essa que criou o Conselho, previa, no prazo de 60 dias, não só a implementação do Conselho como também a regulamentação da legislação da censura. Essa regulamentação nunca foi feita. Mas na gestão Petrônio Portella a esfera administrativa já tinha feito um projeto nesse sentido quando o ministro morreu. O ministro Abi Ackel recebeu esse projeto, — que é um decreto do Executivo regulamentando a lei do Conselho — e em vez de o levar ao presidente para assinar, resolveu submetê-lo à consideração do Conselho. Nós o examinamos e fizemos uma série de proposições. Eu, pessoalmente, propus 16 emendas em 23 artigos e segundo estou informado o ministro adotou 14 das 16 emendas que eu apresentei, quer dizer, emendas liberalizantes, com o sentido de reduzir a margem de arbítrio.

Pompeu, anticensor

Pompeu de Souza Brasil, carioca, 63 anos, representante da ABI no Conselho Superior de Cultura, considera-se um anticensor, como ele mesmo declara na entrevista ao lado.

Embora sempre declare não ser político, mas jornalista, Pompeu nunca deixou de desempenhar os dois papéis ao mesmo tempo. Membro da "Esquerda Democrática", da UDN, e, posteriormente, do Partido Socialista Brasileiro, Pompeu acompanhou, do lado de dentro, todas as conspirações que desembocaram na queda do Estado Novo em 1945. Mais recentemente, em 1978, Pompeu foi o chefe do escritório político do general Euler Bentes Monteiro em Brasília, fazendo uma das pontes entre os militares do "Movimento Militar Democrático", comandado pelo General Hugo Abreu e os políticos da oposição, na campanha da candidatura alternativa do MDB.

Na década de 50, exercendo o cargo de secretário de redação do *Diário Carioca*, foi um dos responsáveis pelas mudanças que a imprensa brasileira sofreu.

Fundador da Universidade de Brasília, onde lecionou jornalismo, Pompeu se demitiu, junto com centenas de outros professores, após o golpe militar de 1964. Foi também por solidariedade ao colega jornalista D'Alembert Jaccoud, demitido pela Editora Abril por motivos políticos, que Pompeu de Souza se exonerou, em 1978, do cargo de diretor da Sucursal de "Veja" em Brasília.

A EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Reaprendendo a debater o ensino

Depois de 16 anos, a I Conferência Brasileira de Educação, com 1.400 participantes

Flávio Dieguez



Os estudantes foram dos primeiros a se manifestarem publicamente por melhores condições de ensino

"Estamos no pré-primário da discussão sobre a educação no Brasil", brincava durante a semana passada um dos participantes da I Conferência Brasileira de Educação (I CBE, realizada entre os dias 31 de março e 3 de abril na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC).

De fato, não se trata de um desafio pequeno, mesmo porque não é preciso apenas corrigir desvios despropositados — que vêm do passado e tendem a se perpetuar em maior ou menor grau no futuro —, mas também é preciso realizar essa tarefa contra o poder da ditadura através de sua política educacional, cuja lógica, segundo a avaliação da I CBE, "se funda nas relações sociais básicas e se traduz na busca, pelos setores dominantes, de mecanismos que lhe permitam garantir a hegemonia sobre o conjunto da sociedade".

NÃO À SEGMENTAÇÃO

"Nós nos propusemos uma reaprendizagem", afirma o Documento Conclusivo, aprovado na sessão plenária de encerramento da Conferência. E os seus resultados mais gerais devem ser procurados em função desse fato, segundo o Documento: "há vários anos — explica — o campo educacional vem se organizando de maneira segmentada. Predominam encontros que reúnem pessoas de áreas específicas... A I CBE representou um redirecionamento... O significado político desse fato pode não ser palpável e a curto prazo. Mas estamos

seguros de que indica o início de uma organização menos fragmentada no campo da educação".

Para dar uma idéia da grandeza da tarefa a que os 1.400 educadores participantes se propuseram realizar, através de 11 simpósios e 33 painéis, além de encontros de grupos e associações que se prolongavam aos corredores e ao restaurante da universidade, pode-se citar José Melchior, da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo que diz: "temos sete milhões de crianças sem escolas na faixa de escolarização obrigatória. Apesar do Mobral, existem mais de 30 milhões de analfabetos no Brasil, sendo que, destes, 10 milhões fazem parte da força de trabalho ativa". E, para piorar, "a União, que já chegou a aplicar (na educação), 11% da receita de impostos, prevê para 1980 cerca de 5%".

ELEVAR A CONSCIÊNCIA

A Conferência, segundo o Documento, acredita que essa luta se deve travar através da "elevação do grau de consciência dos educadores e do fortalecimento de suas entidades", que "permitirão o nosso reaprendizado da educação brasileira, visando à construção de uma sociedade democrática". Para os organizadores, conforme diz Luis Antônio Cunha, "a primeira vitória já se concretizou no espaço aberto, pela amplitude do diálogo, que reuniu correntes muito diversas no campo educacional. Um espaço de crítica, onde todos se reconhecem".

"Pela primeira vez desde de 1964 os educadores puderam discutir a educação", diz Cunha. E, de fato, a riqueza de experiências novas, realizadas diretamente com a população, foi a grande tônica da Conferência. Ao contrário do que talvez se pudesse esperar, a questão do ensino pago, por exemplo, pelo menos no que diz respeito à afluência de público, ficou em segundo plano, deixando lugar às novas experiências da Educação Popular, realizadas nas periferias, entre os trabalhadores etc. Essa "educação do povo feita pelo próprio povo", diz o Documento Conclusivo, "consiste na elaboração e divulgação de jornais sindicais, nas lutas por creches, na organização de grupos de mães, escolas de sindicatos, nos movimentos populares por melhores condições de trabalho, saúde, educação e outras, caracterizados freqüentemente como movimentos de resistência à ordem econômica capitalista", imposta de cima. Apesar da sensação que provocaram os relatos destas experiências, elas carecem ainda de uma maior sistematização teórica e política, para que se torne de fato um instrumento de trabalho pedagógico e "possa ser realmente colocada a serviço das camadas subjugadas", conforme analisou um expositor.

EDUCAÇÃO POPULAR

Para a Conferência, a Educação Popular, "deve ser entendida numa concepção mais abrangente", e deve incluir

"também a que é realizada pelo Estado".

A Conferência procurou apontar soluções, pelo menos esboçadas, e, em alguns casos, inclusive propostas efetivas de ação. Assim, no 1º grau (antigos primário e ginásio), aponta-se a necessidade de recursos que garantam a permanência dos alunos na escola por um tempo maior (contra as "bombas" em 60% dos casos de alunos que cursam a 1ª série pela primeira vez). E de uma redefinição do conceito de escola básica, para que os padrões de rendimento das camadas mais baixas se tornem regra e não anomalia, como atualmente.

POLÍTICA FALIDA

A política de profissionalização do antigo científico (2º grau) foi simplesmente considerada "falida", não só "pela falta de recursos", como pela "concepção inadequada das articulações entre educação e trabalho". O ensino público foi considerado "cada vez pior".

Ao mesmo tempo, diz o Documento, "a política educacional do Estado tem propiciado a instalação e a ampliação de escolas privadas, muitas delas verdadeiras empresas voltadas para a maximização das taxas de lucro". Contra isso, a Conferência aponta a necessidade da "defesa do direito de ensino para todos", implicando na "defesa da escola pública, gratuita e de boa qualidade".

Mas essa luta deve ser empreendida. Para isso, diz, "se torna necessário o aumento dos recursos governamentais para o ensino (salários de professores, construção de escolas, merenda escolar e distribuição de material didático). Por outro lado, é preciso que as organizações representativas das camadas populares exerçam severa vigilância sobre o destino desses recursos, de modo a assegurar o seu correto emprego".

Muitas denúncias

As moções que complementaram, no encerramento, o Documento Conclusivo da I Conferência Brasileira de Educação são basicamente testemunhos da repressão feroz que ainda se abate, com ou sem "abertura", sobre os educadores brasileiros.

De todos, o relato mais impressionante é o que consta de uma moção de apoio às professoras do 1º e 2º graus do Estado de Goiás que, na semana anterior, encerraram uma greve geral de quase 40 dias sem que suas reivindicações fossem atendidas. Com professores que ganham até 1.800 cruzeiros, abaixo do que exige a Constituição, mesmo assim o governador ignorou por vinte dias e depois se negou a conceder os 110% pedidos. As professoras, lutando sozinhas, quase sem cobertura da imprensa, também não obtiveram a estabilidade de carga horária, sem a qual, na verdade, não têm garantia de seus empregos, porque um diretor pode simplesmente reduzir o seu período de trabalho e contratar outro professor para ocupar as horas restantes pagando um salário aviltante para ambos.

O segundo caso mais escabroso se refere ao reitor da Universidade Rural do Rio de Janeiro, Arthur Lopes da Costa, um "reitor tresloucado", conforme o definiu o físico Luis Pinquelli Rosa, que também adiantou não conhecer caso mais absurdo "desde o AI-5". O repúdio ao reitor se deve ao fato de ter denunciado 86 docentes à Polícia Federal (DOPS/RJ), e que

agora estão respondendo inquérito. A "subversão" dos 86 docentes foi terem defendido o professor Walter Motta Ferreira, "injusta e autoritariamente demitido pela reitoria em outubro do ano passado", segundo a moção apresentada à ICBE.

Os participantes da Conferência também prestaram sua solidariedade aos professores da Universidade de Brasília na sua luta contra a possibilidade de aplicação da lei nº 6733 que permite ao reitor perpetuar-se no cargo; repudiaram a existência das Assessorias de Segurança e Informação, exigindo a sua eliminação pelos prejuízos que têm causado (como verdadeiros centros de espionagem e delação) dentro da Universidade Brasileira; repudiaram a "demissão branca" do professor Newton Freire Maia da Universidade Federal do Paraná; e denunciaram as investidas do Governo do Estado de São Paulo pela tentativa de implantar o ensino pago nas universidades estaduais.

As moções mais aplaudidas foram: a que pedia pura e simplesmente a extinção dos cursos de Moral e Cívica (e quejandos, como a Organização Social e Política do Brasil), aplaudida longamente, e a que se solidarizava irrisoritamente com as reivindicações das classes trabalhadoras, particularmente com a greve dos metalúrgicos em São Paulo e no Interior, repudiando qualquer tentativa de repressão por parte do Governo. Esta última foi longamente aplaudida e de pé.

A EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Ensino público e gratuito para todos

LUIZ PINGUELLI ROSA e ALEXANDRE MAGALHÃES DA SILVEIRA

Foi uma resolução do Encontro Nacional de Associações de Docentes (II ENAD) que as associações de docentes se integrem em uma campanha nacional pelo ensino público e gratuito. Esse movimento tem como consequência natural a reivindicação de mais verbas para educação, pois os recursos orçamentários para o ensino público têm caído percentualmente no Brasil nos últimos anos. Aplica-se hoje apenas cerca de 4,3% do orçamento federal em educação, enquanto a recomendação da UNESCO estipula esse índice em 12% e a Constituição de 1946 previa 10%. O ensino deve ser público e gratuito em todos os níveis para todos os que desejarem. Essa é uma tarefa básica do Estado, que não pode transferi-la à iniciativa privada, como vem ocorrendo em nosso país, de acordo com uma política privatizante e antidemocrática deliberada. O ensino primário e médio oficial tem piorado sensivelmente, chegando-se ao descalabro em alguns Estados e municípios, responsáveis esses pelo 2º e 1º graus respectivamente. A classe média e os mais ricos passaram a fugir da rede oficial, preferindo as escolas e colégios privados, onde em geral não encontram também um ensino adequado, mas apenas maiores comodidades materiais pelas quais pagam a peso de ouro. O abandono do ensino público é visível os salários baixos dos professores de nível médio e primário e pelo estado deprimente de abandono dos prédios e instalações escolares?

A situação do ensino superior é diferente em certos aspectos, mas não menos dramática. Aqui o ensino público é indubitavelmente muito melhor do que o privado, inclusive em instalações. As universidades e faculdades particulares proliferaram como verdadeiros caça-níqueis sem as mínimas condições acadêmicas, com raras exceções, praticamente limitadas a algumas universidades religiosas.

O objetivo maior dos docentes deve ser a encampação, pelo poder público, das faculdades financeiramente insolventes

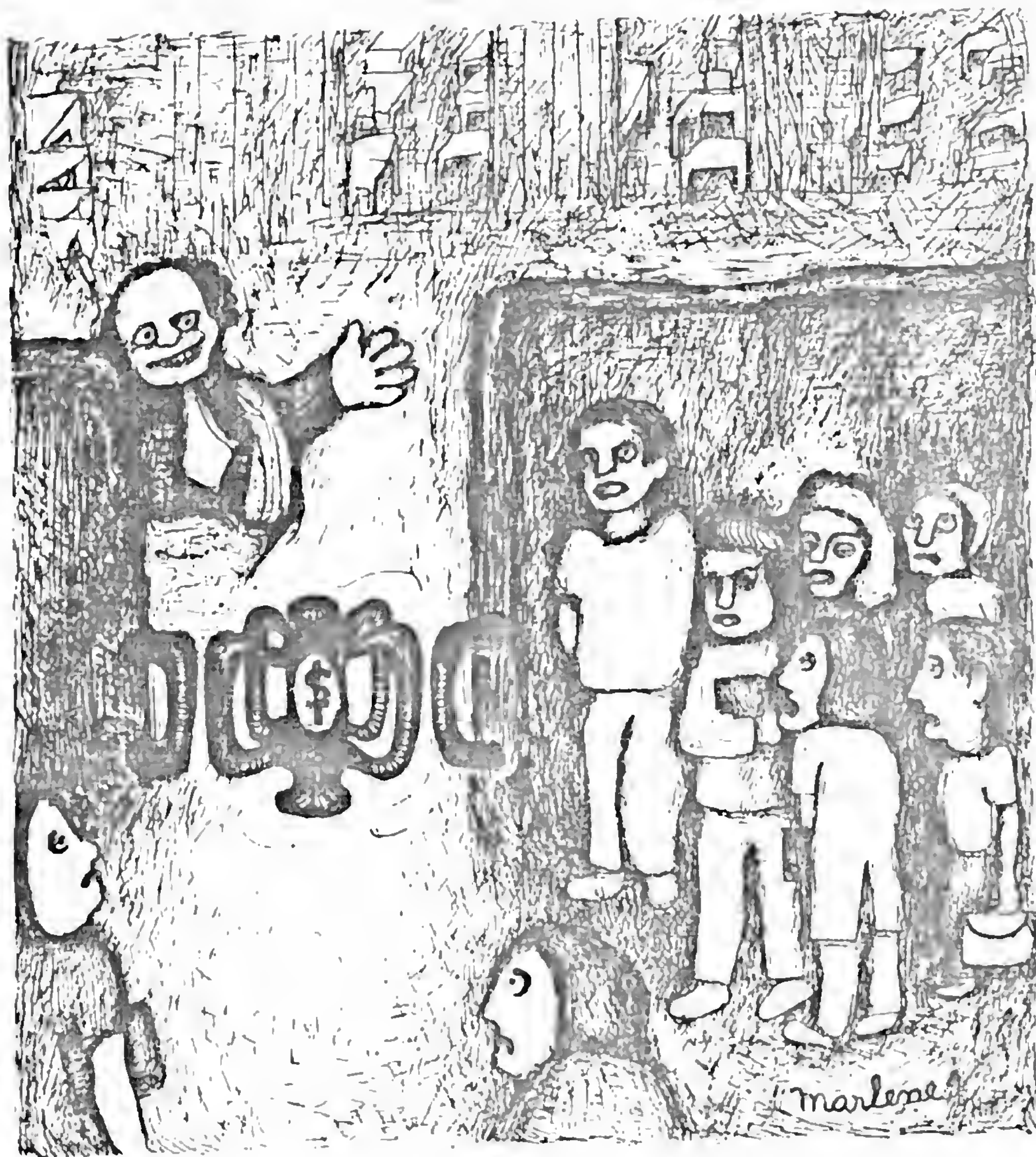
Atualmente existem dois equívocos principais quando ao ensino público e gratuito. O primeiro é do MEC e dos setores que defendem a privatização do ensino (principalmente as Mantenedoras das Faculdades Particulares), propondo o fim da gratuidade do Ensino Superior Público. O segundo equívoco é dos que ao mesmo tempo que defendem mais verbas para o ensino público e gratuito, defendem também mais verbas para o ensino privado o que levará a um enriquecimento ainda maior dos mantenedoras, levando à maior asfixia do ensino público e gratuito. O avanço da privatização do ensino nos últimos 15 anos foi feito também em detrimento do Ensino Público. O crescimento percentual do ensino superior privado se deu simultaneamente à diminuição das verbas públicas para o ensino. Enquanto antes de 1964 o ensino superior público era responsável por mais de 50% das matrículas, hoje ele é responsável por menos de 30%.

É uma ilusão pensar que uma maior generosidade do governo dando verbas abundantes aos empresários de ensino resultará em aumento de salários dos professores e em diminuição das anuidades dos alunos. A lógica empresarial é de minimizar os custos (no caso, os salários) e maximizar os preços (no caso, as anuidades). As verbas públicas graciosamente doadas às faculdades privadas irão provavelmente resultar em investimen-

tos do proprietário e/ou sociedade mantenedora em imóveis para a faculdade, em instalações físicas, etc. Isso quando não se fizerem especulações no mercado financeiro e imobiliário. Pensar que é possível controlar o dinheiro em mãos de entidades privadas é ilusório e quem condiciona a doação dessas verbas à sua aplicação exclusivamente em salários de professores não está sendo realista com a dinâmica da iniciativa privada. O que determina os baixos salários é o mercado de trabalho, em que sobram docentes sem ocupação enquanto o número de alunos por turma é excessivo e a carga horária de cada docente é incompatível com a prática de um ensino sério. Quem manipula essa situação são os proprietários de faculdades, aos quais se dará ainda maior poder fortalecendo-os com ver-

bas públicas. Por outro lado, o que pode levar a salários melhores é a luta dos docentes do ensino privado, sua organização nas suas associações, seus sindicatos, e sua integração no movimento nacional de todos os docentes.

Se há contradições entre melhores salários e anuidades menos escorchantes é porque o ensino superior privado é insustentável economicamente. Se desejamos que ele tenha um nível pelo menos razoável, a única solução para essa contradição é a encampação das faculdades insolventes financeiramente pelo poder público. Esse deve ser o objetivo maior dos docentes. E não se diga que é uma proposta radical ou idealista, porque isso aconteceu recentemente em Campina Grande e Cajazeiras, onde a Universidade Federal da Paraíba acaba de absorver faculdades antes privadas.



Devemos refletir sobre a maturidade do movimento sindical dos trabalhadores, que não costuma pedir verbas públicas para os patrões a fim de, em troca, obter maiores salários ou salvar emprego. Ao contrário, tradicionalmente os favores oficiais são defendidos é por um certo tipo de iniciativa privada, habituada a socializar os prejuízos e capitalizar os ganhos. Creemos que estamos todos de acordo sobre o escândalo que foram os famosos rombos que o governo deu em bancos oficiais para socorrer certas empresas e cobrir seus prejuízos.

Embora não sejamos ingênuos a ponto de esquecer que há subsídios e incentivos, diretos ou disfarçados para muitas empresas — geralmente para todas as grandes empresas e para as multinacionais — devemos lembrar que esse tratamento favorecido já é dado ao ensino privado. Ele é dado através da imunidade de pagamento de impostos, de financiamentos especiais, das próprias bolsas de estudo e do crédito educativo, dados aos estudantes para pagar as faculdades, que assim são financiadas indiretamente. As sociedades mantenedoras das faculdades são isentas dos impostos que incidem sobre o patrimônio, a renda e os serviços, isto é, praticamente de todos eles.

Para gozar dessas imunidades as mantenedoras não podem ter fins lucrativos. Entretanto, esses fins não lucrativos têm sido postos sob suspeição por órgãos tributários do Estado, em processos nos quais funcionários mais zelosos constataram operações de compra e venda, feitas pelas mantenedoras, com benefícios pecuniários para os seus integrantes.

Embora não possamos generalizar e atribuir esse comportamento a todas as mantenedoras, ele é bastante freqüente e pode ser verificado em processos arquivados em órgãos da Receita ou no Judiciário.

Além das isenções, algumas universidades privadas já recebem verbas, através de projetos FINEP, pelo CNPq, pela CAPES, pelo BNDE. Não podemos intempestivamente lutar para cortar agora todos esses subsídios, indiretos e diretos, já existentes, porque quem primeiro sofreria seriam os professores e estudantes. Mas daí a levantar a bandeira de mais verbas públicas para o ensino privado, camuflada atrás da justa reivindicação de mais verbas para educação pública, vai uma grande distância. Levantar tal bandeira é negar o princípio do ensino público e gratuito. Negar esse princípio, ainda que momentaneamente e por razões táticas, pode nos levar no futuro a um beco sem saída, ao fim do qual o movimento dos docentes estará dividido e sem perspectivas, sem nenhum proveito duradouro para os colegas do ensino privado.

Um ponto em que vemos estar todos de acordo é o da necessidade dos professores das Instituições de Ensino Superior (IES) privadas conquistarem um controle interno maior das suas Instituições de Ensino Superior (IES), incluindo a fiscalização da situação financeira e das relações com as mantenedoras. A situação atual é péssima: os professores não têm a necessária participação sequer nas decisões de caráter puramente acadêmico na maioria das IES privadas.

Nelas, muitas vezes não há estrutura departamental efetiva, não há colegiados representativos, não há docentes em tempo integral, enfim não há um ambiente universitário. Os estatutos não são respeitados, prevalecendo a CLT que permite ao patrão demitir um ou muitos professores sem dar maiores satisfações à comunidade acadêmica. Ao fim de cada ano letivo repetem-se as demissões generalizadas, com a finalidade de promover o rodízio dos professores, aviltando-os profissionalmente para rebaixar seus salários. Por pior que ainda sejam as estruturas de poder antidemocráticas nas universidades públicas, nas universidades privadas é pior: o poder total é dos donos e/ou prepostos.

Como alimentar com verbas públicas essa situação?

Estamos conscientes de que é preciso manter unidos o movimento dos docentes. Por isso estamos abertos à discussão desse tema, sabendo-o muito delicado porque toca diretamente os colegas e estudantes do ensino privado. Achamos que a colocação, com toda a clareza e sinceridade, das nossas posições sobre o ensino privado ajudará a construir a unidade sobre bases sólidas e duradouras.

Luiz Pinguelli Rosa é presidente da Associação de Docentes da Universidade Federal do Rio de Janeiro e Alexandre Magalhães da Silveira é vice-presidente da mesma entidade. Ambos participaram da 1 Conferência Brasileira de Educação, que se realizou a semana passada na PUC de São Paulo.



A firmeza e a flexibilidade dos metalúrgicos

Mas o Governo avaliou mal

Raimundo Rodrigues Pereira

Na assembléia geral dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo no último dia 30, a uma certa altura da reunião era difícil olhar para algum canto do estádio que abrigava cerca de 80 mil metalúrgicos sem ver olhos vermelhos de lágrimas e emoção. Fora uma assembléia dramática desde o início, quando todos se perfilaram para cantar o Hino Nacional. A greve fora decretada logo a seguir. O clima emocional elevou-se com o apelo de Ana Dias, viúva de Santo. Subiu mais ainda quando Cláudio Hummes, bispo de São Bernardo, anunciou a disposição da igreja de ir até o fim junto com os trabalhadores — e citou o exemplo de D. Romero, bispo de São Salvador assassinado pela direita oligárquica por apoiar a rebelião armada de seu povo. E o discurso final de Lula colocou no ambiente o tom político e emocional que lhe faltava: falou da guerra que os patrões e o regime estão movendo contra a classe operária, falou do governo que entrega o País aos estrangeiros e concluiu dizendo que ao trabalhador restava escolher "entre morrer de cabeça baixa ou morrer de cabeça erguida".

Os trabalhadores de São Bernardo do Campo desde o início deram provas de que estão conscientes de lutar por algo maior que um aumento salarial modesto e melhores condições de trabalho (veja a pauta de reivindicações na última página deste jornal). Como diz Severino, secretário do sindicato, pernambuco de Gravatá, nordestino que já foi taxista e vendedor de laranja, de vida dura como a de seus companheiros de classe, eles sabem que o que está em jogo é uma medição de forças, da classe operária contra os patrões e um Governo que há muito tempo oprime os trabalhadores do País.

No final da primeira semana de confronto a sensação geral entre os trabalhadores era a de que haviam dado um grande exemplo de força e flexibilidade. E tinham razão. Na assembléia do dia 16 de março que abriu publicamente a campanha a direção do movimento cometeu alguns erros sérios. Os oradores — Lula e alguns integrantes da Comissão de Salários e Mobilização — haviam se perdido em ataques pessoais aos ministros e responsáveis pela política econômica do Governo, recheando esses ataques com palavrões, em resposta às inúmeras ameaças que o ministro do Trabalho lhes dirigia pela televisão. Já esta primeira assembléia, no entanto, fora muito positiva porque levava cerca de 60 mil metalúrgicos ao estádio de Vila Euclides, prova do enorme trabalho de mobilização da Comissão. Só para escolher os 480 representantes das fábricas foram feitas 215 reuniões...

Cada nova assembléia e negociação a partir daí representou novas vitórias para os operários. Lula chegou a fazer uma autocrítica pública dos palavrões da primeira assembléia (ressalvando com humor, no entanto, que nenhum trabalhador havia pronunciado um palavrão maior do que os 3% de aumento real que os patrões haviam oferecido no início das negociações...). O comando da greve soube destacar, também com grande habilidade, o sentimento patriótico que move os trabalhadores nessa luta. Suas assembléias passaram a ser abertas com o Hino Nacional e fechadas com o Hino da Independência, e recheadas de ataques ao "capital multinacional" (Lula pediu de público a nacionalização dos monopólios estrangeiros). Aos últimos sons de "ou ficar a pátria livre ou morrer pelo Brasil" é comum ver trabalhadores com o punho erguido, dando vivas e acenando suas bandeiras. Quando a FAB fez três helicópteros sobrevoarem a assembléia do dia 2 e apontarem suas metralhadoras para a multidão o resultado foi o oposto do que aquele que os chefes militares provavelmente esperavam: na assembléia seguinte, a conselho de um "peão", dezenas de milhares de bandeirinhas do Brasil eram erguidas para o céu enquanto Lula, do palanque, dizia que o Governo prende trabalhador desempregado, que vende sorvete em porta de fábrica, mas não prende o chefe de segurança da Volkswagen, que transforma a fábrica em um campo de concentração...

Na negociação, a direção sindical — infelizmente sem consulta ao Comando de Mobilização — encampou a proposta do sindicato de Jundiaí de reduzir a reivindicação de 15% de aumento real para 7%. Mas, habilmente, acrescentou a isso a exigência de garantia de emprego por um ano: o aumento não tem sentido, diz a direção sindical com razão, se os patrões manobram com a arma da rotatividade, desempregando uns para contratar outros, por preço mais baixo, para a mesma função.

A direção do sindicato parece empenhada — e nisso, ao que tudo indica, conta com o apoio da Comissão de Mobilização — em conseguir os 7% que a Justiça do Trabalho já garantiu, mais *Algum tipo* de garantia de estabilidade. Parece disposta a ceder: 1) no tempo de duração dessa garantia — não precisa ser um ano; e 2) na sua extensão — ela pode se referir apenas às demissões *injustas*. É uma demonstração de flexibilidade muito grande. E um teste para os patrões.

Cabe ao Governo militar (depois dos helicópteros, alguém ainda duvida da sua natureza?) e aos empresários escolher agora o caminho a seguir. Os trabalhadores querem o acordo e a negociação. Mas não abrem mão de uma conquista social mínima. E o seu nível de consciência de importância dessa reivindicação pode ser medido pelo fato de terem feito uma greve sem piquetes.

Se os empresários e o Governo militar querem o acordo, basta ceder a estabilidade para os delegados sindicais ou para a categoria, mesmo que limitadamente. Se não querem, se se julgam muito fortes, se acham que dividem os trabalhadores a um preço compensador, se seu objetivo é — como se admite — destruir o tipo de liderança sindical que se consolida no ABC — o caminho é a decretação da ilegalidade da greve e a intervenção no sindicato.

Nesta semana que começa, a bola está com eles. Depois da jogada dos helicópteros da FAB, o Governo militar deve ter percebido porém que um blefe não basta para ganhar esta parada.

Contra helicópteros, as bandeiras do Brasil

Cerca de 50 mil trabalhadores ouviram, atentos, o advogado Almir Pazzianoto Pinto explicar a sentença que havia sido proferida na madrugada, pelo Tribunal Regional do Trabalho, julgando o dissídio coletivo dos metalúrgicos. O advogado ainda não havia começado a leitura das decisões do TRT - era o primeiro orador da assembleia realizada na última quarta-feira, quando sua voz foi abafada pelo barulho dos helicópteros. A princípio, os operários pensaram que fosse um helicóptero civil que, na assembleia anterior, havia sobrevoado o estádio de Vila Euclides, em São Bernardo do Campo. E começaram a gritar palavras contra a Volkswagen. Quando os dois helicópteros se aproximaram, e os operários viram que não eram azul e branco, como o da Volks, mas verde oliva, à indignação somou-se um clima de temor.

Durante 20 minutos, os dois helicópteros da FAB, com soldados do Exército armados de metralhadoras em um deles, fizeram vários vôos razantes sobre os trabalhadores, interrompendo os oradores e intimidando os metalúrgicos.

Os helicópteros voltaram outras vezes, sobrevoando cada vez mais baixo. Indignado com a intimidação, Lula, ao encerrar a assembleia, depois de todos terem cantado o Hino da Independência, afirmou aos trabalhadores: "Subversão se

Ricardo Malta/F4



Na 5ª feira, os operários vieram com bandeiras.

faz quando se passa de helicóptero militar em cima da cabeça dos trabalhadores, que estão democraticamente reunidos". Mesmo após a grande maioria dos trabalhadores já ter deixado o estádio, os helicópteros continuaram suas manobras. Quando a diretoria do Sindicato deixava o campo, voltaram. Só que, nessa hora, já eram três helicópteros, o 3º também com as portas laterais abertas deixando à mostra os soldados e as metralhadoras. Foi o vôo razante mais baixo que fizeram, a cerca



aviões não voltaram

15 metros do chão.

A violenta intimidação militar provocou uma enérgica reação da diretoria do Sindicato. Em nota oficial, assinada por Luis da Silva, a diretoria diz: "Lamentamos que nosso Exército seja capaz de mandar seus helicópteros em vôos razantes sobre quase 100 mil trabalhadores indefesos. Deploramos tão grande irresponsabilidade diante da vida e segurança dos cidadãos. Somente o grau de consciência e a serena con-

fiança dos trabalhadores evitaram uma tragédia de porções incalculáveis. Responsabilizamos perante a Nação os comandantes militares que ordenaram tais operações".

Também na Assembleia Legislativa de São Paulo houve protestos. Os deputados Eduardo Suplicy, Geraldo Siqueira e Irma Passoni, do PT, condenaram a operação militar.

Porque os helicópteros militares sobrevoaram o estádio? De quem partiu a ordem? A diretoria do Sindicato de São Bernardo queria resposta das autoridades, mas, inutilmente, Lula tentou manter contatos com o chefe da Casa Civil, o ministro da Justiça e o comandante do II Exército.

Segundo informações do Estado Maior do II Exército, os helicópteros, do mesmo tipo dos que foram utilizados na guerra do Vietnã, participavam de um exercício combinado Aeronáutica-Exército, "visando apenas ao adestramento da tropa para ações de transporte aéreo".

Em Brasília, porta-vozes do Palácio do Planalto e dos Ministérios da Aeronáutica e do Exército garantiram que não houve nenhuma ordem para realização de policiamento ostensivo na região do ABC. Mas, na assembleia do dia seguinte, os helicópteros não voltaram.

Mulheres, ao lado deles

As mulheres constituem pelo menos 50 dos 450 membros da Comissão de Mobilização. E o trabalho das mulheres metalúrgicas, principalmente em seus bairros, foi muito importante nessa campanha salarial: elas foram em reuniões nas Sociedades Amigos de Bairro e nas igrejas, fizeram visitas aos vizinhos para explicar às mulheres dos metalúrgicos a importância das reivindicações da categoria, a necessidade de apoiarem a greve. E seu apoio, segundo o depoimento de várias metalúrgicas, tem sido fundamental para a unidade do movimento.

R. 20 anos, programadora metalúrgica há seis anos, conta que, em seu bairro, o Jardim Portinari, em Diadema, as mulheres dos metalúrgicos estão unidas em torno da greve. "Esse apoio é muito importante porque se a esposa não participa, se não está de acordo com a greve, ela acaba influenciando o marido para ir trabalhar. Eu conheço muitos casos, onde o marido adere à greve por causa da mulher".

Esse relato pode ser comprovado pela presença de um grande número de esposas de metalúrgicos nas assembleias. Uma delas, sempre presente, é Marisa, esposa de Lula. Mãe de três filhos, Marisa diz que "a mulher deve acompanhar o marido, incentivá-lo a seguir as decisões da categoria, a enxergar a verdade. Hoje, a maioria das mulheres dos metalúrgicos de São Bernardo estão conscientes de que a greve foi decretada por-

que era necessária. E sabem que deve ser apoiada".

T., representante dos operários da sua fábrica na Comissão de Salários, conta que a participação das mulheres metalúrgicas e das mulheres dos metalúrgicos nesta greve é muito mais significativa do que nos anos anteriores. Na sua fábrica, todas as operárias do setor de usinagem pararam. E, para T., as donas-de-casa estão muito conscientes da importância da greve "por causa do aperto que passam o ano todo". Todo o trabalho dessa metalúrgica foi dirigido às famílias dos operários que moram em favelas. E na sua favela, Parque São Bernardo, o movimento deu muito bom resultado: só um metalúrgico — inspetor de produção da Volks — furou a greve. "O pessoal das favelas está dando muito apoio porque o Sindicato chegou às favelas. E não foi apenas agora na campanha salarial".

As mulheres metalúrgicas e as mulheres de metalúrgicos de São Bernardo seguiram, de forma efetiva, a mensagem feita por Ana, esposa de Santo Dias da Silva, o metalúrgico assassinado pela polícia durante a greve dos metalúrgicos de São Paulo, no ano passado. Na assembleia do dia 30, que decretou a greve, ela disse: "Como esposa de um operário assassinado em plena campanha salarial quero dizer que estou junto com vocês. E quero pedir a todas as esposas que apoiem seus maridos na luta e os incentivem à participação. Todos devem estar presentes no Sindicato para tomar juntos as decisões".

Surpresas, nas outras cidades

Para surpresa daqueles que não acreditavam no sucesso da greve em São André, 95% dos 60 mil metalúrgicos da região (que compreende também os municípios de Mauá, Ribeirão Pires e São Grande do Serra) aderiram à paralisação. Um quadro fixado no sindicato mostrava que, no final da semana, a participação era de 100% em 32 empresas; entre elas, as 15 maiores da região, com 28 mil empregados.

A greve foi aprovada no último dia 30 por 11 mil metalúrgicos. No dia anterior, Benedito Marcílio, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São André, juntou-se com João Lins Pereira, presidente do Sindicato de São Caetano e deputado federal do PTB, foram vistos saindo do ministério de Murilo Marques Filho em Atibaia, deitados sob os bancos de um automóvel. A visita repercutiu muito entre os metalúrgicos do Estado. Em Santo André, Marcílio perdeu o controle dos metaleiros, não conseguiu formar o comando de greve, e incluiu boatos sobre a greve. Posteriormente, ele disse que "enquanto os trabalhadores quiserem greve, eu vou apoiar a greve. O gosto de greve eu já expliquei, fui mal interpretado".

Na madrugada da quinta-feira, ocorreram confrontos entre policiais e grevistas. João José Albuquerque, líder do sindicato, e mais dois foram impedidos

aos trabalhadores das indústrias Esam e TRW, por "conhecidos torturadores do DOPS, com fardas da PM", segundo denunciou. O incidente mais sério ocorreu com dois operários detidos às 5h00 da madrugada em uma padaria, no centro de Mauá, "bastante retirado das portas das fábricas" conforme explicaram.

A assembléia que aprovou a greve em São Caetano do Sul foi realizada no dia 31, com cerca de 2.000 operários. Antes da aprovação, Miguel Paulino, vice-presidente do Sindicato, comunicou ter recebido um telefonema do presidente João Lins, que estava na TRT em São Paulo. Ele transmitia "uma proposta patronal de aumentos de 7%", recebida com estrepitosa vaia pelos metalúrgicos. Na ocasião, Antonio Alves da Silva, da Comissão de Salários e membro da Oposição Sindical, acusou a diretoria de ter "largado a base", responsabilizando-a pela "falta de organização da categoria em São Caetano".

A greve aprovada unanimemente, e Antonio Albertini — secretário geral do Sindicato — pediu aos jornalistas presentes para observarem "que é a categoria que decretou a greve, e não a diretoria do sindicato".

A greve já havia atingido, no final da semana, cerca de 38 municípios paulistas, paralisando 325.000 metalúrgicos, ou 73% do total da categoria nos municípios atingidos. No primeiro dia de greve, os metalúrgicos de Araçatuba, Campinas, Cruzeiro, Jundiaí, Lorena,

Mococa, Pindamonhangaba, Piracicaba, Sertãozinho e Sorocaba haviam aderido à greve.

No dia 2, os operários de Ribeirão Preto, Cravinhos, Ourinhos e Xavantes aderiram, enquanto a greve era suspensa em São José dos Campos, onde os trabalhadores da Fábrica Nacional de Vagões aceitaram os índices arbitrados pelo TRT. Nessa cidade, foi realizada uma passeata de protesto contra o presidente do Sindicato. Na madrugada do dia 3, os sindicatos de Taubaté e Pindamonhangaba também aceitaram os índices do TRT e voltaram ao trabalho. Enquanto isso, a paralisação crescia em Jundiaí, Campinas e Sorocaba. Ainda no dia 2, os metalúrgicos de São José do Rio Preto decidem aceitar os índices do TRT, e não entram em greve.

No dia 3, os sindicatos de Jundiaí, Lorena, Guaratinguetá e Sorocaba anunciam a aceitação dos índices do TRT, e a volta ao trabalho na 2ª feira, dia 7. Ao mesmo tempo, a greve chegava a Valinhos, Araraquara e Américo Brasiliense, crescia em Ribeirão Preto e os metalúrgicos de Catanduva marcavam uma assembléia para sábado, dia 5, para decidir se aderiam ou não. Em Bauru e Santa Bárbara do Oeste, o clima era de expectativa com a evolução da greve no Estado, e os operários de Bauru marcaram uma assembléia para segunda-feira, dia 7.

Disposição, disciplina e muita organização

Poucos minutos após a hora marcada para o início da greve — zero hora do dia 1º de abril — milhares de trabalhadores começam a chegar no Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema. Sorridentes, eles sobem as escadas e, em voz alta, vão anunciando os nomes das indústrias e as seções a que pertencem: ala 1 da Volkswagen, parada; ala 3, parada, Scania, parada; Brastemp, parada...

Os operários da Volks contam que a meia noite em ponto, sem que ninguém dissesse nada, todos começaram a parar, desligaram as máquinas, passaram pelo vestiário, bateram os cartões, ganharam as ruas e rumaram para o Sindicato. Em ordem, sem qualquer discussão, embora alguns fatores tenham feito ameaças.

Uma hora depois, com o auditório do Sindicato lotado, enquanto três a quatro mil operários se concentravam na rua, a diretoria anunciava a paralisação em 23 indústrias e dava início a uma rápida assembleia, já que outras seriam feitas madrugada adentro, com os milhares de operários que continuavam chegando das fábricas.

"Agora é todo mundo de cabeça fria", pediu Luís Inácio da Silva, o Lula, antes de transmitir aos companheiros uma série de orientações que determinariam o comportamento dos 142 mil metalúrgicos nos dias seguintes: "Não se deve ir para a porta da fábrica, nem tomar o ônibus da empresa; ficando em casa evitaremos provocações e repressões. Não tome bebidas alcoólicas durante a greve. Se o Sindicato for interditado, vá à igreja matriz de São Bernardo. Não acredite nas notícias dos jornais, rádios e televisão. Cuidado com os boletins falsos. Evite gastos supérfluos. Explique para sua esposa e filhos a razão da nossa campanha salarial, eles são nossos aliados".

GREVE DA CONSCIÊNCIA

Em seguida, outro diretor do Sindicato, Djalma de Souza Bom, definia talvez a mais importante característica da greve que se iniciava: "É a greve da consciência contra a exploração, sem piquetes". E adiantava que "se alguma coisa vai mudar nesse país, se vai haver alguma transformação, isso tem que ser feito pela classe trabalhadora".

O 1º de abril amanheceu como estava previsto: a greve decretada no domingo, atingiu a totalidade das indústrias metalúrgicas de São Bernardo e Diadema, principalmente o setor automobilístico, contando com a adesão de mais de 90% dos trabalhadores. As próprias empresas, que no ano passado procuraram minimizar o movimento grevista, reconheceram o sucesso da greve. E com raras exceções, como na Villares e na Cofap, não foi necessário o uso de piquetes, nem se registrou qualquer violência.

Na Mercedes Benz, por exemplo, apenas o representante de base permaneceu em frente aos patrões, e a paralisação foi total.

As 10 horas de 1º de abril, mais de 50 mil operários presentes à assembleia realizada no estádio da Vila Euclides confirmaram o sucesso da greve. O resultado do julgamento do TRT praticamente não alterou o movimento grevista. Embora os índices de produtividade tenham sido considerados razoáveis e aceitos pelos metalúrgicos, na assembleia de quarta-feira ficou deliberado que as reivindicações devem ser negociadas no conjunto, e que aos trabalhadores interessa, especialmente, a garantia de emprego (estabilidade por doze meses, durante a vigência do contrato coletivo). Colocada em votação a continuidade da greve, a proposta foi aprovada por cerca de 70 mil operários, apesar da intimidação aérea promovida pelos helicópteros militares.

MUITA DISCIPLINA

Os metalúrgicos se preocuparam também em preservar e garantir a sede do sindicato, já que o ministro do Trabalho vinha ameaçando com intervenção. Durante o dia e a noite, centenas de operários ficaram de plantão, conversando, vendo televisão, assistindo a apresentações de teatro e música popular brasileira.

A NACIONALIZAÇÃO

Como nos dias anteriores, a assembleia de quinta-feira, a última da semana, com 70 mil pessoas, começou com o Hino Nacional. Depois de um incidente ocorrido com um jovem que distribuía folhetos não autorizados pelo Sindicato (ele entregou os folhetos e foi levado para fora do estádio), o advogado Almir Pazzianoto disse que os metalúrgicos continuam abertos às negociações, já que os empresários se negaram a discutir a maior parte das reivindicações. Em seguida, Osmar Mendonça, da Comissão de Salários, considerou como vitórias já obtidas a não decretação da ilegalidade da greve, a derrubada da política salarial imposta pelo governo, a fixação dos índices de produtividade e defendeu a continuidade da greve, pela estabilidade.

Luís Inácio da Silva leu a nota do Sindicato sobre o episódio dos helicópteros, desafiou o empresariado nacional a tirar a máscara e ajudar a combater o capital multinacional, defendeu a nacionalização das indústrias estrangeiras e afirmou que o Governo deve se definir: "ou se coloca definitivamente ao lado da maioria da sociedade que são os trabalhadores, ou o povo, um dia, julgará as atitudes irresponsáveis de hoje".

Participaram da cobertura: Elizabeth Lorenzotti, Hamilton de Souza, Lia Ribeiro Dias, José Carlos Ruy e Raimundo Pereira.

Não é conhecido o problema da mulher

Organizações femininas debatem com partidos suas reivindicações

Maria Carneiro da Cunha

"A mulher e os partidos políticos" foi o tema do fórum inaugural de uma série de debates promovidos pela Frente de Mulheres Feministas no Teatro Ruth Escobar. O assunto, que abrange questões que estiveram na raiz dos tumultos do recente 2º Congresso da Mulher Paulista, é bastante polêmico. Esperava-se dos representantes dos partidos pelo menos um conhecimento mínimo dos problemas que tinham sido convidados a discutir e da intensa participação política da mulher nos últimos anos e que tende a se acentuar daqui para a frente.

Mas o que se viu e ficou bastante claro para todos os presentes que lotavam a platéia do Galpão, foi exatamente o contrário: um grande alheamento em relação à problemática feminina por parte das organizações políticas tradicionais e a ausência até de uma proposta mínima de sua inclusão como pontos programáticos dentro dos partidos. Isso quanto às intenções, porque quanto à efetivação, a distância parece ser ainda maior. Não há nada de concreto a oferecer para mais de metade da população do país, que é constituída por mulheres, a não ser vaguíssimos princípios de "igualdade" e não discriminação, que já estão incluídos há anos em nossa Constituição, sem que por isso se tenham tornado realidade.

LINGUAGEM VELHA

A atriz Ruth Escobar, que integra o colegiado provisório da Frente de Mulheres Feministas fez uma breve apresentação, expondo a finalidade dessa série de fóruns públicos, que é a de levar até um público mais amplo a discussão de problemas que vêm sendo levantados por inúmeros grupos de mulheres feministas de São Paulo, que estão representados na Frente.

Os representantes partidários, que eram Sebastião Nery (substituindo Leonel Brizola), pelo PTB, Fausto Rocha pelo PDS, Almino Affonso pelo PMDB, Herbert Levy pelo PP e Irma Passoni e Chico de Oliveira, dividindo a apresentação do PT, tiveram a seguir, dez minutos para fazer uma pequena exposição sobre o tema proposto, colocando a posição de seus partidos, para ser depois discutida pelo plenário.

Foi então que ficou evidente que a grande maioria estava falando sobre coisas que desconhecia inteiramente, usando uma linguagem velha para tratar de idéias novas. O depoimento mais contestado pela platéia, onde havia vários representantes de entidades estudantis, foi o de Fausto Rocha, do PDS pontilhado por algumas vaias. Sebastião Nery ficou nas generalidades, enquanto Chico de Oliveira, (que dividiu o tempo com sua companheira Irma Passoni), confessou sinceramente que seu partido não tinha ainda nem uma posição nem medidas concretas a propor, pois o movimento de mulheres era efetivamente um fenômeno novo dentro da vida política brasileira. Herbert Levy falou apenas em "princípios gerais" de não discriminação e depois se alongou em considerações sobre inflação e produtividade que só têm uma relação muito indireta com a da problemática específica da mulher. Nessas primeiras exposições, os únicos que abordaram temas mais pertinentes foram Almino Affonso do PMDB, e Irma Passoni do PT. O primeiro falou sobre o problema dos departamentos femininos dentro dos partidos, uma questão ainda em aberto, em relação à qual há argumentos favoráveis e contrários. Irma deixou clara a sua oposição à criação de departamentos desse tipo, porque considera que eles funcionariam como um gueto e uma instância discriminatória dentro dos próprios partidos. Para ela, a mulher deve estar presente em todas as instâncias, tanto as de base como as de nível decisório, lado a lado com os homens. Mas a única forma de conseguir isso é que ela se disponha a participar ativamente na política, conquistando o seu lugar, que de outra forma, nunca será concedido.

TEMAS POLÊMICOS

Passou-se então a palavra ao público presente para que aqueles que desejassem, dirigissem perguntas aos políticos presentes. Um representante da UNE perguntou qual seria a resposta dos partidos em relação a um possível movimento solicitando o resgate dos corpos de várias mulheres brasileiras, militantes políticas, dadas como desaparecidas nos últimos anos. A pergunta dividiu as manifestações da platéia, porque alguns a apoiavam e outros consideravam que este era um problema geral, que não se referia apenas à mulher e deveria ser discutido em outro contexto.

Foram depois apresentadas várias questões por algumas feministas presentes, que procuram fazer com que os políticos se pronunciassem sobre alguns pontos concretos e específicos como a atual legislação do aborto e a gritante discriminação salarial, que faz com que as mulheres brasileiras recebam em média 53% a menos que os homens em funções idênticas.

Nenhum dos representantes partidários disse qual era a posição de seus partidos quanto a esses pontos, mas Sebastião Nery declarou que o aborto clandestino era uma "questão medieval", e que as mulheres deveriam se organizar para lutar por sua liberalização, como fizeram as de outros países. E citou expressamente o caso da Itália, que é um país católico, onde isso foi conquistado há dois anos.

Representantes da Associação de Mulheres e do grupo "Nós Mulheres", fizeram questão de esclarecer que o atual movimento de mulheres não está separado de uma luta pela transformação da sociedade. Que a mulher não é uma minoria, mas uma maioria oprimida (e não a única neste país) e o símbolo evidente disso estava na própria composição da mesa, composta majoritariamente por homens, embora o tema a discutir fosse a participação política da mulher.

Ministro denuncia violências contra o menor carente

Da sucursal de
BRASÍLIA

O ministro Jair Soares, da Previdência Social, reconheceu ontem que, apesar da existência de verbas, não há no Brasil um programa intensivo nem estrutura nos Estados para atendimento ao menor carente, abandonado e delinquente. Ao invés de se educá-lo, ocorre com frequência a ameaça violenta, "como as operações de fimose realizadas no hospital da Funabem, em Quintino, no Estado do Rio, para intimidá-los com a sugestão de que ficariam impotentes". Nesse hospital, segundo o ministro, 87% das intervenções cirúrgicas nos menores são operações de fimose, realizadas com esse objetivo.

Em seu depoimento na Comissão Parlamentar de Inquérito do Senado sobre a violência urbana, Jair Soares anunciou que ainda no governo Figueiredo será implantado no País um programa de planejamento familiar. Ele não aprofundou sua análise do problema discutido na CPI, citando apenas, entre os fatores que induzem o menor à delinquência, aspectos já conhecidos como a distribuição de renda, crescimento demográfico desordenado, migrações internas em direção aos grandes centros, desagregação familiar, choque de gerações, ignorância e pobreza.

O ministro da Previdência Social sugeriu a reformulação do Código de Menores, o qual, a seu ver, trata o menor sem humanidade e como um delinquente. Maior controle do uso de tóxicos, unidades de triagem e tratamento dos menores, ampliação da rede escolar, horário de trabalho flexível para as

mães foram apontadas como medidas para solucionar o problema. Nos 20 minutos que seu depoimento consumiu, Jair Soares limitou-se a falar das causas que induzem o menor à prática da violência, sem informar precisamente o que o seu Ministério está fazendo para evitar o problema.

Além de ter determinado à Funabem o desenvolvimento de um programa de psicopatologia para melhor atender ao menor delinquente, Jair Soares adiantou que entre outras metas do Ministério da Previdência, inclui-se o estímulo à participação da comunidade, a assistência às entidades particulares que acolhem e tratam da recuperação de menores e a criação de órgãos de planejamento que assessoram essas entidades.

Sobre a prioridade dada por sua pasta ao problema do menor, Jair Soares enumerou as atividades do Ministério no campo da previdência social, fazendo um histórico da criação dos seus programas desde 1923.

Defendeu o planejamento familiar, ao qual insistiu em chamar de "orientação familiar", como medida para evitar os problemas de uma explosão demográfica desordenada. Ele previu que este ano nascerão mais de 3,3 milhões de pessoas, das quais 68% serão filhos de famílias com renda menor que dois salários mínimos.

Ao tratar do planejamento familiar, afirmou que "se continuarmos com o atual ritmo de crescimento demográfico, seremos 243 milhões no ano 2000, enquanto este ano deverão morrer 309 mil crianças antes de completarem um ano de idade, por falta de assistência.

O aborto no parlamento

Em março de 75 o deputado João Menezes (RJ) apresentou projeto de lei sobre o aborto que foi anexado a um projeto do Executivo que modifica vários itens do Código Penal. Em março de 79 o projeto foi considerado prejudicado e em consequência arquivado porque o Executivo retirou o seu. Mas ele pode voltar a qualquer momento.

Publicamos na íntegra o projeto do deputado João Menezes com o objetivo de contribuir para a discussão sobre o tema e fornecer o material que deve servir de base para que os grupos de mulheres aprofundem suas posições e suas propostas.

O projeto se inscreve numa linha bastante avançada na medida em que não prevê nenhuma interferência sobre a decisão da mulher que voluntariamente quer interromper sua gravidez antes das 12 semanas limites como em quase todas as legislações dos países onde o aborto já foi legalizado.

No entanto ele é insuficiente, na medida em que não regulamenta as condições para que a mulher faça o aborto. Se o aborto não for gratuito e realizado também nos hospitais do INPS, asseguradas as melhores condições de segurança médica e psicológica para mulher, continuará sendo artigo de luxo, ao qual só terão acesso as mulheres em condições de pagar pequenas fortunas para as máfias da saúde.

Esta e outras precisões se fazem necessárias no projeto. Cabe ao movimento de mulheres opinar e aperfeiçoá-lo a fim de que ele beneficie realmente as mulheres deste país.

PROJETO DE LEI Nº 177, de 1975

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 129, do Decreto-lei nº 1.004, de 21 de outubro de 1969, alterado pela Lei nº 6.016, de 31 de dezembro de 1973, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 129. Não constitui crime o aborto praticado por médico:

I — quando realizado com o consentimento da gestante, ou de seu representante legal, dentro das doze (12) semanas do início da gravidez;

II — quando é o único recurso para evitar a morte da gestante;

III — quando a gravidez resultou de atentado violento ao pudor ou estupro, seja real ou presumida a violência.

Parágrafo único. No caso do nº II, deve preceder, sempre que possível, a confirmação ou concordância de outro médico, e, no caso do nº III, deve anteceder o consentimento da vítima, ou de seu representante legal, desde que comprovada a existência de crime."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

O Código Penal de 1940, vigente ainda, em seu art. 128, estabelece os dois únicos casos de exclusão de punibilidade, em matéria de aborto: o aborto necessário ou terapêutico, quando é o único recurso para evitar a morte da gestante, e o aborto voluntário, se a gestante resulta de estupro.

O Decreto-lei nº 1.004, de 21 de outubro de 1969, que instituiu o novo Código Penal, no artigo 140, em nova redação, e mais aperfeiçoada, previu as mesmas hipóteses, já agora como exclusão de crime.

A Lei nº 6.016 de 31 de dezembro de 1973, alterou vários dispositivos do Decreto-lei nº 1.004/69, inclusive o que dispõe sobre os casos de exclusão de crime, em caso de aborto.

O atual Código Penal ainda não está em vigor, apesar de decorridos mais de 5 anos de sua publicação.

Através de emenda de autoria do nobre Deputado Nina Kibeiro, aceita pelo Congresso Nacional, aboliu-se a permissibilidade do aborto decorrente de estupro, que passou a constituir fato punível.

Destarte, o novo Código Penal, cuja vigência se acha suspensa, permite somente o aborto necessário, para salvar a vida da gestante.

Como se vê, enquanto a legislação de outros países evolui e se moderniza em matéria de aborto, com maior permissibilidade de sua prática, o nosso Estatuto Penal mantém-se vinculado a critérios anacrônicos e obsoletos.

Um pouco de história

Em rápido bosquejo histórico sobre a matéria, verifica-se que o aborto nem sempre foi objeto de incriminação. Não era punido, senão quando pudesse acarretar dano à saúde ou morte da gestante.

Em Roma, a Lei das XII Tábuas, bem como as demais leis da República, não tratavam do aborto, visto que o feto era considerado como parte da mulher ou de suas vísceras e não como um ser autônomo.

Consolidou-se a reprovação às práticas abortivas com o aparecimento do Cristianismo, e a instituição do Direito Canônico, onde se discute a perda da alma do feto, que fica sem batismo, em caso de aborto.

O Código Criminal de 1830 não punia o aborto provocado pela própria mulher.

O Código Penal Republicano, de 1890, punia o aborto praticado com ou sem o consentimento da gestante, desde que se seguisse a morte. O aborto era punido quando praticado pela própria gestante, porém, com pena atenuada, se cometido para ocultar desonra própria.

O Código de 1940 permite a prática do aborto somente em dois casos, isto é, para salvar a vida da gestante, ou quando a gravidez resulta de estupro.

Já o novo Código não permite sequer o aborto quando a gravidez resulta de estupro, o que significa a tomada de uma posição mais radical do legislador.

Entretanto, essa posição não nos parece a mais acertada, em face da evolução da legislação moderna, que amplia as hipóteses legais da prática do aborto.

Dai por que apresentamos o presente projeto de lei.

Em matéria de direito repressivo, a tendência da legislação moderna "é para diminuir o número de causas de exclusão da liberdade do aborto" (Asibal Bruno, in Direito Penal, vol. 1º, Tomo 4º Forense, fls. 169).

A respeito do assunto, o IX Congresso Internacional de Direito Penal, realizado em Haia, e promovido pela Associação Internacional de Direito Penal, aprovou a seguinte conclusão:

"Resolução nº 4 — Nos países que proíbem o aborto, é necessário alargar a possibilidade de realização de aborto legalmente. Em todos os casos em que a lei autoriza a mulher interromper a sua gravidez, tal interrupção deve ser cuidadosamente regulada por lei."

Atualmente, o aborto é permitido em alguns países, citando-se o exemplo da Inglaterra, em que uma lei de abril de 1967 permitiu a prática do aborto, desde que o nascimento do filho possa determinar problemas sociais, como conflitos familiares, dificuldades econômicas ou distúrbios psicológicos.

Merece relevo a constatação de que desde 1798 é que se vem formando uma corrente em favor da liberdade de práticas abortivas, tanto na Europa, quanto na América.

No Japão, o aborto tem premissão legal desde 1948, o mesmo se verificando na China Comunista. Na Bulgária e na Hungria, o aborto é legal, desde que o consinta e solicite a gestante.

Nos Estados Unidos é que se verifica uma liberdade maior em relação à matéria. O aborto está legalizado no Estado de Nova Iorque, com a aprovação de uma emenda, de 11/4/70, que entrou em vigor em 1º/7/70.

Através dessa norma, no Estado de Nova Iorque não se incrimina o aborto, se praticado até 24 semanas do início da gravidez.

Não fechar os olhos à realidade

O Professor Alexandre Gabriel Gedei, em artigo em que comenta o livro "O aborto ante o Direito, a Medicina, a Moral e a Religião", de Caetano Zambini Mammana, editado em 1969, esclarece:

"Também na América Latina neste momento, em fase final de elaboração no Chile, regulamenta-se o aborto."

É a tendência quase mundial no sentido de discipliná-lo com uma legislação permissiva especial. Não se pode fechar os olhos a uma realidade, como também não se deve regular a matéria unicamente sob a esfera penal.

O aborto deveria ser regulamentado, observados determinados critérios, como sua realização apenas por médicos, a fixação de critérios técnicos para a sua feitura, como também o consentimento e o desejo da mulher."

Enquanto nos Estados Unidos, no Estado de Nova Iorque, o aborto é permitido, dentro das 24 semanas do início da gravidez, o projeto que apresentamos reduz esse período para 12 semanas, ou seja, pela metade, o que significa uma liberalidade em termos.

Por outro lado, entendemos que se justifica plenamente o aborto em caso de gravidez resultante de estupro e de atentado violento ao pudor.

Justifica-se o aborto em tais circunstâncias, desde que praticado por médico, com o consentimento da gestante ou de seu representante legal, tendo-se em vista a violência e a estupidez da fecundação. O estupro é, em regra, obra de um anormal sexual, ébrio ou degenerado, cuja reprodução é altamente indesejável. Entende Mamandi que o aborto pode em tal caso ser justificado pelo estado de necessidade, reconhecendo o perigo de grave dano à pessoa, em face das consequências morais, familiares e sociais do parto.

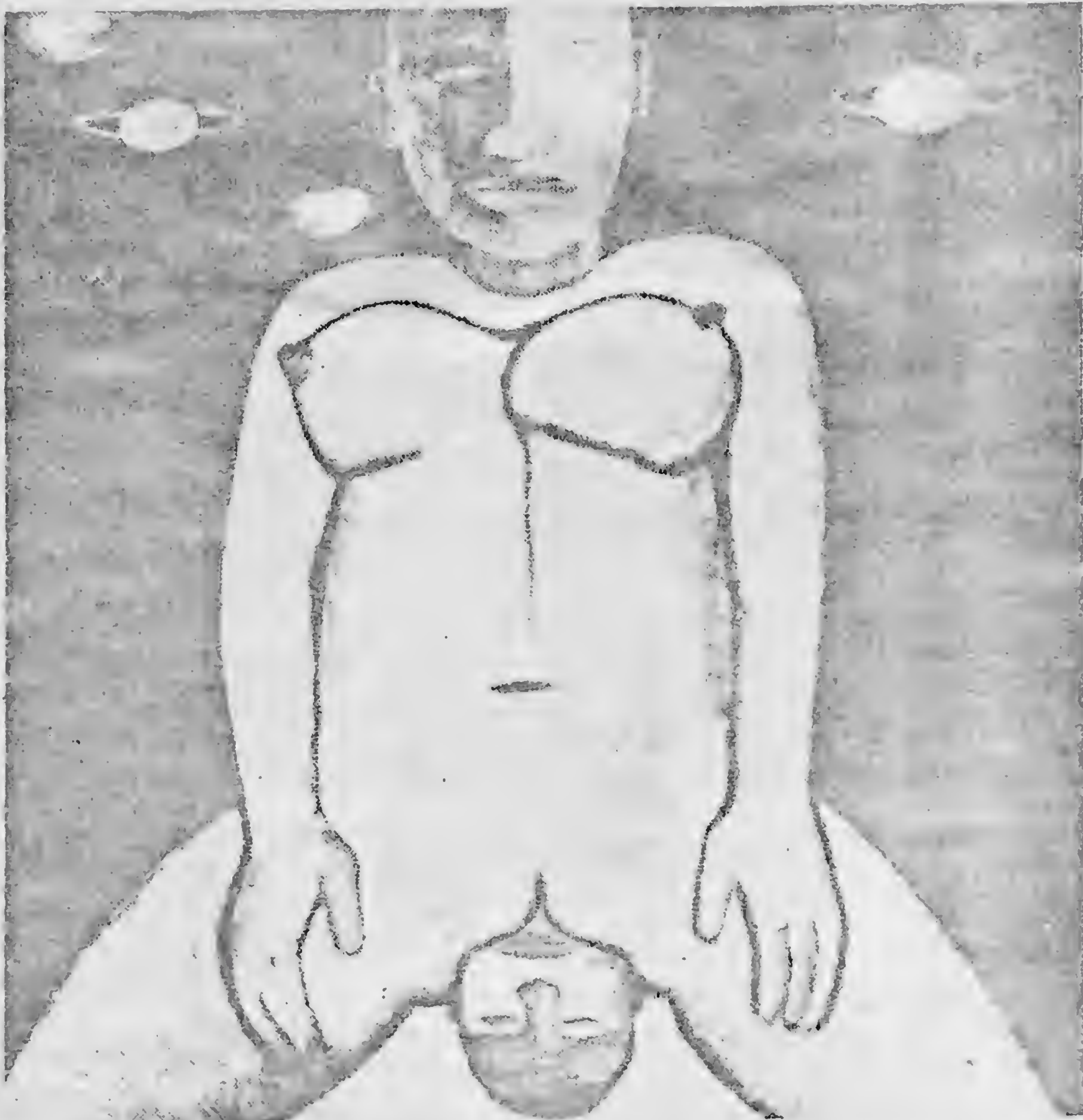
Entendemos que não deve constituir crime não somente o aborto decorrente da gravidez resultante de estupro, mas também da gravidez decorrente de atentado violento ao pudor.

Observa o ilustre Professor Magalhães Noronha que "a consideração que merece do legislador a mulher estuprada, também a merece a vítima de atentado violento ao pudor" (Direito Penal, vol. 2º ed. de 1960, fls. 75).

Repugna à consciência jurídica que a mulher violentada, pela prática de estupro ou atentado violento ao pudor, não tenha o direito de livrar-se de uma gravidez resultante da violência sexual, que não consentiu e que a vai marcar para a vida inteira.

A lei deve permitir-lhe a interrupção dessa gravidez, como o fazem outras legislações.

Sala das Sessões, de março de 1975 — João Meneses.



Apoio internacional à legalização do aborto no Brasil

EM TEMPO recebeu novas cartas de apoio à campanha pela legalização do aborto iniciada pelos grupos feministas do Rio e de São Paulo

Por Elizabeth Souza Lobo

Revistas feministas, grupos de mulheres da Europa e dos Estados Unidos estão enviando seu protesto ao Juiz Alberto Mota Moraes e ao Promotor Roldolfo Cegia que instruem o processo contra Marcia Sandes Dantas, Maria da Conceição Brito, Maria Ivone Schultz e o médico Carlos Roberto da Silva, acusados de praticar aborto.

A "Revue d'en Face", do Movimento de Liberação das Mulheres Francesas escreve: "O direito de dispor de seu corpo é a primeira de todas as liberdades. Numerosos países aboliram as leis repressivas com respeito ao aborto e outros se preparam a fazê-lo. É escandaloso e perigoso que uma sociedade se arrogue o direito de decidir no lugar de uma mulher se ela deve ou não ser mãe; é também muito arrogar-se tal direito porque em todos os tempos as mulheres ganharam conquistas neste direito e abortar, apesar das leis, mesmo enfrentando graves riscos para sua vida, sua liberdade e sua saúde. Nós mulheres generosas solidárias com as mulheres de todo o mundo na sua luta pela liberdade de seu próprio corpo e de sua vida, esperamos que o espírito de justiça prevaleça".

De Copenhague, Dinamarca, o Movimento de Liberação das Mulheres, também envia sua mensagem de solidariedade: "Apoiamos o protesto das mulheres brasileiras contra a criminali-

zação do aborto. E o direito de cada mulher controlar livremente seu corpo, sua própria vida. Por esta razão apoiamos a luta das mulheres para obter a legalização do aborto em condições de segurança (isto é, nos hospitais, não no "lado")".

De Boston USA, o Boston Women's Health Book Collective, autoras dos livros Our Bodies, Ourselves e Ourselves and Our Children, protesta contra a prisão das mulheres e do médico na cidade de São Cristóvão e apresenta: "As mulheres não devem ser forçadas a se submeter ao aborto ilegal, com riscos para sua saúde, quando os meios para um aborto seguro, não traumático, são facilmente acessíveis e podem ser realizados por qualquer trabalhador da área de saúde adequadamente treinado".

Finalmente uma declaração de protesto, assinada por vários grupos de mulheres reunidos no dia 3 de março em Rotterdam, Holanda, manifesta "sua solidariedade com as mulheres e o médico acusados e apoia a indignação dos grupos de mulheres do Rio". O Manifesto está assinado por vários grupos de mulheres de sindicatos: pela Seção Holandesa da IV Internacional, pelo Movimento de mulheres Turcas, pelas mulheres do Partido do Trabalho, do Partido Democrata Radical do Partido Socialista, e por mulheres espanholas e argentinas.

Plano de creches da Prefeitura

Até o ano passado, existiam em funcionamento na área do Município 123 creches, que abrigavam, em regime de semi-internato, 17.055 crianças de 0 a 6 anos de idade. Todavia, a Prefeitura mantinha sob sua administração direta, porque as contruía, equipara e operava, só 4 dessas creches. As demais pertenciam à administração indireta (20), a particulares (90) e à Assistência Técnica (9).

As da administração indireta foram construídas e equipadas pela Prefeitura e são operadas por entidades particulares em convênio com a Municipalidade; as particulares recebem, também por meio de convênio, assistência técnico-financeira, o mesmo acontecendo com as da Assistência Técnica, que recebem, inclusive, orientação arquitetônica.

Evidentemente, essas creches atendem às crianças integrantes de famílias de baixa renda, de modo a liberar as donas-de-casa para trabalhar fora, sossegadas pelo fato de saber que seus filhos estão em lugar seguro, recebendo tratamento adequado. O interesse que a administração municipal vem demonstrando em relação a esse problema deve aumentar na medida em que, em São Paulo, aumenta o número de famílias carentes, hoje

caracterizado pelo aumento do número de favelados, que já são 10% da população paulistana.

O agravamento da situação econômica familiar tem obrigado as mulheres a forçarem a entrada no mercado de trabalho, a fim de complementarem a renda familiar, que se vai tornando cada dia mais escassa em razão da elevação brutal do custo de vida.

Logo, essas mães que procuram trabalhar fora de casa precisam ter onde deixar seus filhos com segurança, o que obriga, naturalmente, a Prefeitura a intensificar o seu programa de construção de creches para, pelo menos, diminuir o déficit hoje existente.

Há, no entanto, que ser considerado pelo administrador municipal o melhor caminho a seguir para amenizar o problema. É preciso analisar se a Prefeitura deve construir, equipar e operar, assumindo todos os encargos daí decorrentes, ou se deve ajudar financeira e tecnicamente entidades particulares (além daquelas com as quais já mantém convênio) a operar creches por elas mesmas construídas, ou, ainda, se deve mobilizar setores comunitários para que colaborem na solução desse problema. O programa inicial da Prefeitura prevê a construção de 66 creches a um custo total de 200 milhões de cruzeiros. Restará saber se o orçamento permite a ampliação desse programa, considerando-se a gama de problemas que precisam ser resolvidos em todo o Município.

Vida Moderna

Sem creches

O dilema de mães pobres
que têm de trabalhar

Creches deveriam ser uma espécie de "casa grande", sonham as técnicas da principal responsável pela manutenção de creches em São Paulo — a Coordenadoria do Bem-Estar Social da Prefeitura. Mas onde e como construir e manter tantas "casas grandes", mesmo que modestas? Hoje, o organismo atende pouco mais que 1% das 900 000 crianças de 0 a 6 anos que vivem em São Paulo e cujos pais ganham, juntos, de zero a cinco salários mínimos. Escolhidas ao acaso, as 11 000 crianças atendidas pelas creches de São Paulo tiram como que a sorte grande: terão a alimentação necessária, assistência médica e higiene.

Na verdade, para atender a todas as crianças pequenas de famílias de baixa renda em São Paulo seriam necessárias acima de 4 000 creches — um sonho inatingível. O empreendimento custaria, hoje, nas vizinhanças de 12 milhões de cruzeiros por unidade padrão, equipada e funcionando, a um custo de 2 000 a 3 000 cruzeiros mensais por criança. "Mas as creches são a grande alternativa", observa Teresinha Fran, coordenadora da Cobes. "Do contrário, essas crianças entram com tal déficit na escola, que grande parte de seu potencial fica perdido ao longo dos primeiros sete anos de vida."

CUMPRIR A LEI O número reduzido de vagas, nas 127 creches mantidas pela Cobes, obriga a uma seleção a favor das mais necessitadas. "Recusamos 50, 60 crianças por mês", lamenta a enfermeira Elisabete Kudzielicz, diretora da creche municipal de São Miguel Paulista, que abriga 120 crianças de 0 a 3,5 anos. "A creche, para mim, é mais que uma mãe. Só Deus sabe", diz Olinda da Silva, vendedora ambulante, 22 anos, casada, 4 000 de salário, uma fi-

lha de 3 anos e um bebê de 11 meses.

O dilema seria atenuado se todas as empresas cumprirem antigas e progressistas determinações da CLT. Segundo a CLT, onde trabalham ao menos trinta mulheres maiores de 16 anos, deve haver berçário até os 6 meses, ou convênio com creche. "Ocorre que a mulher tem medo de levar o bebê e perde o emprego", explica a socióloga Maria Cecília Nobre Barreira, assistente técnica da Cobes.

Além disso, a maioria das empresas mostra pouco interesse pela questão. Ao invés de montarem creches em suas próprias instalações, preferem manter convênio para pouco berços, em geral longe do local de trabalho, e não se empenham em informar as funcionárias do benefício. "A legislação é acanhada e omissa", diz Adriano de Toledo Carvalho, diretor da Divisão de Proteção do Trabalho da Delegacia Regional do Trabalho de São Paulo.

De acordo com ele, a lei não faz exigência quanto à idoneidade ou local das creches que mantêm convênio com as empresas, sequer prevendo vistoria do Ministério do Trabalho. "Agora que se fala numa revisão da CLT", sugere Toledo de Carvalho, "a disposição quanto às mães poderia mudar." Para ele, deveria ser criada uma rede de creches integradas ao Sesi e Sesc, nos bairros onde há grande concentração de trabalhadores, de preferência perto dos pontos de ônibus.

"CRECHEIRAS" — Não faltam, em contraste, modelos positivos. O berçário da Kibon, por exemplo, localiza-se ao lado de um jardim, dentro da própria fábrica. É limpo, arejado, alegre. Dirigido há onze anos pela enfermeira Eunice Galego, é ocupado, quase sem interrupção, por quinze bebês, que podem ficar até um ano, recebendo todas as refeições, sendo vestidos, banhados, tomando sol e indo ao jardim sempre que o tempo o permita.

A própria população, de outro lado, vem se empenhando na organização de creches. Um exemplo é a da favela de Vila Remo, no Butantã. Fundada em convênio com a Prefeitura, é administrada por mães e atende a 35 crianças. Outro reflexo da preocupação é o "Movimento de Luta por Creches", que há dois meses reuniu mães de 32 bairros e obteve do prefeito a promessa de 842 creches em três anos.

Aparentemente, pois, a tendência é adotar experiências que, de algum modo, atenuem a gravidade do problema. É o caso das "crecheiras", em Brasília: mulheres da periferia que cuidam de até seis crianças, em suas próprias casas, recebendo da LBA 500 cruzeiros mensais para cada uma, e, das mães, um cesto diário de alimentos. A idéia das "crecheiras" — há 478, cuidando de 1300 crianças — não é nova. Vem da Organização Mundial de Educação Pré-Escolar, vinculada à UNESCO e, segundo David Boanovsky, secretário de Serviços Sociais do Distrito Federal, "é um ovo de Colombo".



Creche em S. Miguel: a sorte de encontrar vaga

SÉRGIO SADE

CRECHE MANTIDA POR VOLUNTÁRIAS ABRIGA 30 MENORES

São 30 crianças de um a seis anos de idade que permanecem na creche, durante todo o dia, recebendo assistência gratuita. O local é arejado e, além de alimentação e roupas, os menores recebem aulas de higiene, moral cristã e educação dirigida. O trabalho, todo executado por voluntárias, é desenvolvido pelo Grupo Socorrista Maria de Nazaré, que mantém esta creche em Vila Santa Catarina, na rua Tenente Américo Moretti, 653.

Tudo o que lá existe foi conseguido através de doações, explicou uma das supervisoras da entidade. As atividades da creche começaram em agosto do ano passado e, devido ao esforço e empenho de cada um dos envolvidos, as obras da casa estão totalmente concluídas. O trabalho começa com as 30 crianças que diariamente são levadas por suas mães à creche. O café da manhã quebra o jejum e antes do almoço é servido um lanche. A tarde, antes de saírem com suas mães, as crianças tornam a lanchear, sendo esta a última refeição do dia.

ARRECADAÇÃO

São apenas três os empregados contratados pela entidade: a vigilância e as aulas são dadas por voluntárias, pessoas que tratam os menores com muita atenção e carinho. Por serem as despesas elevadas, a contribuição efetiva vem todos os meses com doativos em dinheiro que as voluntárias e dirigentes arrecadam de pessoas amigas e através de chás,

bazares e desfiles beneficentes. Há também uma contribuição oficial oferecida pelo Conselho Estadual de Auxílios e Subvenções, que, se consideradas as despesas gerais, chega a ser pequena.

Mesmo assim, porém, o trabalho assistencial continua — há ideia até de montar-se um berçário para os menores de um ano de idade — e as diretoras querem que ele cresça, devendo beneficiar o maior número de famílias cujos pais trabalham fora.

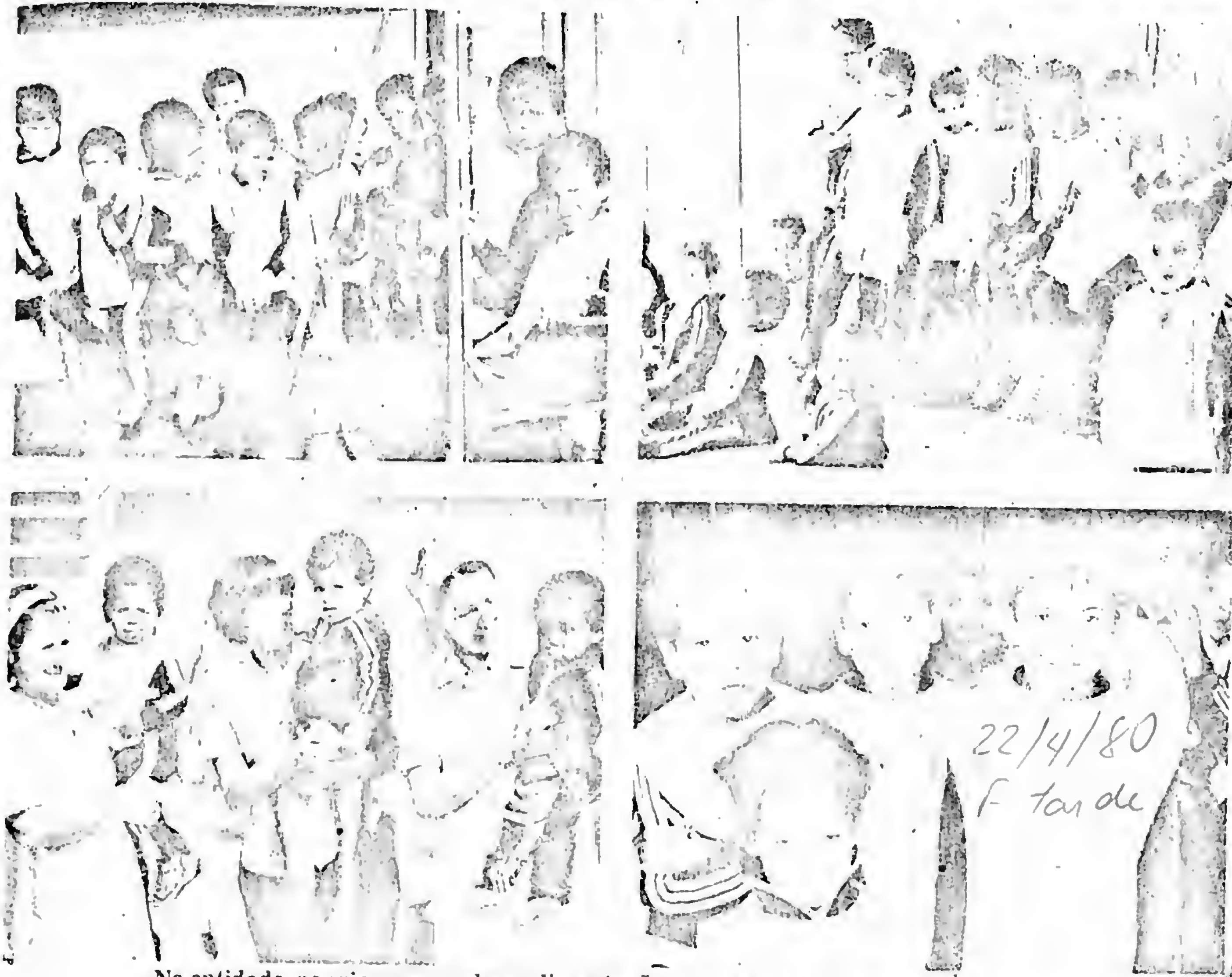
CONVITE AS FAMÍLIAS

As famílias das crianças que recebem ajuda são convidadas a participar, periodicamente, de reuniões promovidas na própria entidade para que forneçam aos menores, no lar, um prolongamento da educação que é recebida na creche. Há também, na entidade, um programa desenvolvido com gestantes carentes do bairro que, além de orientação, recebem atendimento médico e dentário gratuito.

A creche mantida pelo Grupo Socorrista Maria de Nazaré está aberta a todos que desejem conhecer a obra e com ela colaborar. O conhecimento fará com que não só recursos materiais sejam oferecidos, mas também um trabalho de amor e atenção às crianças. Quem conhecer a instituição e observar como as crianças e famílias são tratadas poderá passar até à condição de colaboradora. A supervisora da entidade, da mesma forma que suas colaboradoras, não gosta de

ver seu nome citado ou elogiado. Ela apenas deseja que pessoas de recursos ou de boa-vontade tomem conhecimento da instituição e de seu programa.

Aqueles que pretendam fazer doativos podem entrar em contato com alguns dirigentes da instituição: Vicente (276-4741); Beti (275-4855) ou Laila (549-0312). Para chegar-se à rua Tenente Américo Moretti basta seguir pela av. Santa Catarina até a av. América, altura do n.º 820, e entrar à esquerda.



Na entidade, as crianças recebem alimentação, roupas e orientação escolar e religiosa

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS

Depto. de Pesquisas Educacionais
Biblioteca

Jornal: *FOLHA PAZ*Data: *23/04/80*

Pág. _____

Pasta n.º _____

N.º do recorte _____

F. Tondi
Creches para
23/4/80
filhos de
servidores

Baseado em projetos elaborados pelo Departamento de Edifícios e Obras Públicas — DOP: O Fundo de Assistência Social do Palácio do Governo vai implantar um programa destinado à instalação de creches para filhos de servidores estaduais junto aos edifícios-sedes das secretarias de Estado e também para as prefeituras e entidades assistenciais do Interior.

Após terem visitado diversas creches da Capital, para verificar qual deveria ser o padrão-base para a criação de novas creches, as esposas dos secretários de Estado — que também participam do FASPG — optaram pelo modelo de creche construído pelo DOP para a Secretaria de Obras e do Meio Ambiente. Com relação ao Interior, o Departamento de Edifícios e Obras Públicas já elaborou projetos para entidades de assistência à infância em Campinas, São Bento do Sapucaí, Sorocaba e Brotas.

CRECHE-PADRÃO

O berçário da Secretaria de Obras e do Meio Ambiente foi criado em 1973. "A creche instalada nas dependências da Secretaria — disse Sílvia Fernandes Lopes — destina-se a abrigar, assistir, entreter e educar gratuitamente os filhos de servidores do órgão e de suas autarquias. Na época da inauguração ela atendia a 13 crianças e hoje abriga mais de 100, cujas idades vão de três meses aos seis anos."

Devido à sua contínua expansão, foi construído um novo edifício, ao lado do prédio da Secretaria, com área de 750 metros quadrados. Inaugurada em 1978, a nova creche-berçário possui salas de recepção, de administração, de professoras, quatro salas para as diferentes faixas etárias, refeitório, almoxarifado, copa, cozinha, lavanderia, instalações sanitárias e área de recreação.

A recreação das crianças está a cargo das 20 funcionárias da creche, entre elas a professora que orienta as atividades preparatórias para alfabetização. Paralelamente, desenvolve-se um programa de comemorações de datas cívicas e festejos tradicionais, com música, teatro e artes plásticas.

A creche conta, ainda, com os serviços de um médico que, periodicamente, examina as crianças e orienta as mães quanto à prevenção de doenças infantis. A alimentação, feita e gratuita, consta de cinco refeições diárias.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS

Depto. de Pesquisas Educacionais
Biblioteca

Jornal: O S Paulo
Data: 18/04/80
Pág.: 7

Pasta n.º

N.º do recorte

Pastoral do Menor: uma luta urgente

CCP. 18024/4/80 p. 7

O trabalho pastoral que se faz com o menor é ainda muito isolado, disse o padre Agostinho de Oliveira, da Comissão Arquidiocesana dos Direitos Humanos e dos Marginalizados. O pessoal que está mais consciente não está fazendo a ligação com os movimentos populares, com os problemas da classe operária, com o movimento operário com os migrantes, a família, a saúde, a escola. Então, "é necessário que o pessoal de Igreja comece a adquirir não apenas uma consciência política, mas realmente uma política".

Para o padre Agostinho, as pastorais estão muito setorializadas, e é necessário que se tenha um conhecimento mais aprofundado senão fica tudo enfraquecido". Por que isso? No entender de Agostinho, porque são pouquíssimos aqueles que aceitam trabalhar com presos, com menores e com prostitutas. Em São Paulo muito recentemente começou a existir uma pastoral do menor, mas que não está ainda articulada com a pastoral da juventude, a pastoral dos Direitos Humanos. "É necessário ter uma visão mais global de todo o problema". Prossegue:

"É urgente que os agentes de pastoral comecem a aprofundar no próprio trabalho específico uma pastoral de conjunto que necessariamente conduzirá ao problema político. Precisamos aprofundar mais a relação entre a Igreja e a política. Ampliando mais a nova visão de política, sem considerá-la somente como política partidária, mas como uma ação transformadora da sociedade".

Agostinho acha que é necessário que a Igreja se volte para um trabalho mais eficaz enfrentando as estruturas da sociedade no sentido de mudá-las e de transformá-las e não só reformá-las:

"Transformar num sentido mais radical. Os cristãos devem comprometer-se seriamente para não resvalar para o assistencialismo como ainda acontece. Ocorre, em geral, um descontentamento, uma satisfação própria e não uma busca de satisfazer homens que estão numa situação de pobreza e de miséria. Hoje, não se fala mais de uma ação caritativa. Fala-se de justiça. E é por isso que devemos lutar".

ABORTO

**Paternalismo
assustador**

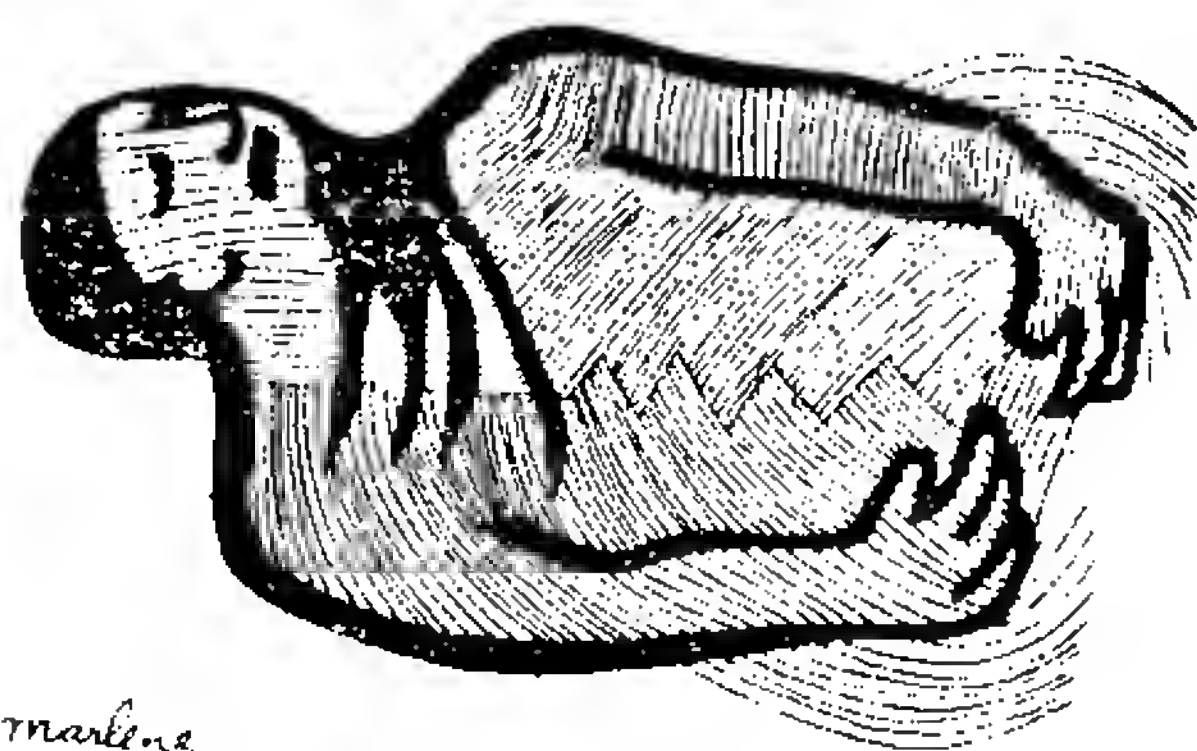
Escrevo a Movimento pois muito me assusta o posicionamento paternalista que está se tendo com relação ao problema do aborto. Acho que o assunto está sendo abordado de uma forma errada, pois o aborto não é a causa principal. Deixa de ser principal porque o estado de coisas a que estamos submetidos no sistema capitalista, faz com que deixemos de lado a verdadeira causa do problema.

Será que se tivéssemos pleno conhecimento do nosso corpo, das funções dos nossos órgãos e como regulá-los não poderíamos evitar maiores dores de cabeça? Será que se tivéssemos entidades que amparassem mães solteiras ou mesmo mães com dificuldades de pelo menos alimentar seus filhos, recorreríamos ao aborto como atualmente? Será que se a mãe solteira fosse considerada como mulher digna, apelariamos a este recurso?

Pelo que me consta, não faz bem à mulher, emocional e ideologicamente, utilizar-se do aborto. Quando se faz um aborto saímos rindo ou saímos angustiadas? Muitas vezes até choramos por não podermos assumir mais uma boca para alimentar.

E por isso, acho que ceifar uma vida ou legalizar uma das maiores violências contra a vida humana são bastante paternalistas. O que devemos fazer é exigir que tenhamos o direito de oferecer uma vida melhor àqueles que podem deixar de ser nossos filhos. (...)

Enriete M. Fernandes Ribeirão Preto, SP

**«Eu sou contra
a estupidez»**

Algumas líderes feministas estão procurando mobilizar a opinião pública brasileira para a legalização do aborto. Sou um jovem de 30 anos de idade, sou contra a violência e a estupidez, e por isso é que sou contra o aborto e a sua legalização.

Sou casado e pai de duas filhas: uma de três anos e outra de seis anos de idade. Sinto um amor paternal tão forte e tão grande que prefiro sofrer a vê-las em sofrimento; trabalho muito e faço o possível para não passarem necessidade. Se o amor de pai é tão grande assim, o de mãe é incalculável e infinito, pois carrega dentro de seu ventre durante nove meses.

Mãe perdoa facilmente as ingratidões de um filho, mãe ama seu fruto ainda que seu amor não seja correspondido. Mãe é ternura, é estrela que brilha no firmamento, é rouxinol que canta, é a lua prateada derramando seu clarão sobre a terra. Mãe, faz milagre em oração! (...) Mãe é sempre mãe!

O médico que por dinheiro praticar o aborto clandestinamente, iguala-se a um pistoleiro assalariado e a feminista letrada que quer a todo custo a legalização é mais irracional do que os próprios irracionais.

O que precisava se fazer é o agricultor se fixar na terra onde trabalha e colher os frutos e que sua produção seja garantida para que possa viver dignamente com sua família. E assim evitar o êxodo rural que contribui bastante com o aumento do número de favelas nos grandes centros urbanos. O trabalhador precisa ganhar um salário que corresponda às suas necessidades e possa manter as despesas de seus filhos na escola. (...)

José Luiz de Melo Macció, AL

FLÁVIA SCHILLING

Que bom ter você de volta!

A chegada de Flávia no aeroporto em São Paulo. A recepção calorosa. A emoção de um dia que jamais poderá ser esquecido. É uma pequenina história inédita contada por Paulo Schilling.

Por Carlos Tibúrcio

Quando Flávia surgiu na porta da sala "Vip" do aeroporto de Congonhas em São Paulo, abraçada e protegida por seu pai, Paulo Schilling, a alegria e o saber de vitória que se irradiaram pelo ambiente só foram superados pelo gosto profundamente humano da cena. Franzina, com os olhos cheios de lágrimas, sorrindo, linda como uma flor, Flávia mal pode falar, agradecer. Dezenas de repórteres e fotógrafos, como uma onda de mar revoltado, cercaram-na, cobriam-na com gravadores e máquinas fotográficas, impediram-na de se locomover. E mesmo essa selvagem demonstração de interesse jornalístico só fez destacar a importância de sua libertação para o povo brasileiro.

Com muito esforço, após abraçar, ainda sorrindo e chorando, a mãe e as irmãs Andréia e Valéria (Claudia, a irmã mais velha, veio com ela do Uruguai), Flávia foi levada à sacada

que dá para a sala de embarque nos vôos nacionais. Entre os passageiros e acompanhantes, ninguém que estivesse ali para recepcioná-la (as mais de mil pessoas que foram recebê-la estavam em outro saguão). E, no entanto, ao vê-la, centenas de pessoas espontaneamente irromperam em palmas, engrossando o coro que gritava "Flávia", "Flávia".

E Flávia, com o grande coração que tem, pedia que todos se lembrassem dos prisioneiros e prisioneiras que continuam nos cárceres do regime uruguaio: "Eu não fui a mais sofrida de todas. Há muita gente que precisa de liberdade e de apoio".



Mais de 1000 pessoas no aeroporto

"Flávia, a casa é sua.
A luta continua."

O ponto alto da chegada de Flávia foi sua aparição diante das mais de mil pessoas que foram recebê-la, numa manifestação coordenada por diversas entidades, tendo à frente o Comitê Brasileiro pela Anistia - Seção São Paulo. Várias faixas saudavam-na: "Flávia, a casa é sua. A luta continua"; "Não foi o governo, Flávia. Foi o povo". Gritos. Flores. Uma verdadeira batalha para impedir que centenas de pessoas se aproximassem demais. Várias mãos tentando tocá-la, alisando os seus cabelos. Um jovem, embevecido, gritando sua alegria por ver que Flávia segurava um cravo que lhe lançara há pouco.

De repente, silêncio. E todas as vozes repetindo, cadenciadamente, as frases da mensagem de boas-vindas preparada pelo CBA de São Paulo: "Que bom ter você de volta. Para viver esse momento, valeram a pena os abaixo-assinados, os cartazes, os atos públicos, as caminhadas, enfim, a campanha pela sua libertação, em que você ia em nossas mentes e em nossos corações. Vale a pena lutar! Que bom que você voltou! Que bom se voltassem nossos irmãos que foram assassinados ou estão desaparecidos ainda hoje! Mas você voltou e nos sentimos mais fortes e animados para continuar a nossa caminhada rumo à conquista



Com a vitória, o selo da campanha, lançado pelo EM TEMPO em nossa edição nº 80 de 6 de setembro ano passado, e generalizado pela imprensa democrática, deixa as páginas dos jornais.

da anistia ampla, geral e irrestrita, no Brasil e na América Latina. Em breve não haverá mais 3.000 presos políticos no Uruguai. Em breve não haverá mais as Lillian Celiberti e os Universindo Dias. Não há derrotas definitivas para a Liberdade. E agora, quando curvamos duas ditaduras - a brasileira e a uruguaia -, dizemos: BENVINDA, FLÁVIA! PODE ENTRAR QUE A CASA É SUA! A LUTA CONTINUA! PELA LIBERTAÇÃO DE JOSÉ SALES DE OLIVEIRA! PELA ANISTIA AMPLA GERAL E IRRESTRITA!"

Novamente silêncio. É Flávia respondendo. Falando baixo, voz embargada, num tom que também é consequência do tiro que levou na garganta ao ser presa há mais de sete anos. Pedindo mais uma vez pelos presos uruguaiois. E agradecendo, agradecendo, até que todos comessem a cantar o Hino Nacional.

Toda a história
do longo martírio

Agora, com Flávia livre entre nós, será possível conhecer toda a história.

ria do seu longo martírio. O povo brasileiro tomará conhecimento da barbárie que predomina no Uruguai. Conhecerá os crimes da ditadura que domina o povo vizinho. Saberá das torturas e dos torturadores. Ficarão cientes da participação de militares e policiais brasileiros na repressão uruguaia. Saberá a história do golpe militar que se impôs quando Flávia já estava presa.

Sem dúvida alguma, parte significativa dessa história foi vivida e presenciada por Flávia. E também por sua família, antes de ser expulsa do Uruguai.

Paulo Schilling, há não muito tempo, começou a revelar algumas dessas histórias, em caráter pessoal, considerando, com justeza, que nada poderia ser publicado antes da libertação de Flávia. Fatos interessantíssimos sobre a situação do Exército uruguaio, suas divisões internas, seu comportamento no dia-a-dia da repressão. Como na ocasião em que Flávia começou a ser perseguida e viu-se obrigada a cair na clandestinidade. No meio da noite, uma patrulha militar bateu na porta de entrada do edifício em que a família Schilling morava em Montevideu. Paulo desceu as escadas e abriu a porta. E o comandante da operação enviou a patrulha para o apartamento vizinho ao da família Schilling. Nele morava uma senhora idosa, sozinha. Temendo pela saúde da velha e sabendo que Flávia já não se encontrava em casa, Paulo tentou interpelar o comandante sobre o evidente equívoco. E até hoje está surpreso com a atitude daquele militar. Dando a entender que o equívoco era proposital, o comandante, em tom firme, mandou que ele se retirasse imediatamente para o seu apartamento.

Pela liberdade de Flávia, por tudo de humano que se jogou nesta luta, pelo que se saberá sobre a ditadura uruguaia, por tudo que ainda se fará pelo povo uruguaio, o dia 14 de abril de 1980 jamais será esquecido.

BNH exige a construção de creches em novos conjuntos

F. Andrade
30/4/80

Todos os projetos de conjuntos habitacionais do Sistema Financeiro da Habitação — SFH deverão incluir a construção de creches. A medida foi anunciada ontem pelos ministros do Interior, Mário Andreazza, e da Previdência Social, Jair Soares, tendo como base resolução da diretoria do BNH, assinada pelo seu presidente, José Lopes de Oliveira. Segundo o Banco Nacional da Habitação, as creches visam atender a necessidade da mulher pobre que trabalha e não tem com quem deixar os filhos menores. A construção das creches será feita através do Programa de Financiamento de Equipamentos Comunitários de Conjuntos Habitacionais — Finec, desenvolvido pelo BNH através de seus agentes financeiros. O Finec já destina recursos para financiamentos de escolas de primeiro grau, centros comunitários, postos de saúde e outros equipamentos, sem, entretanto, haver obrigatoriedade exclusiva de sua utilização pelos moradores do conjunto.